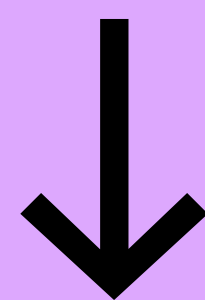


A POLÍTICA LGBT+ BRASILEIRA



ENTRE POTÊNCIAS E APAGAMENTOS

REALIZAÇÃO



APOIO



Google.org



QUEM SOMOS?

 #VOTELGBT

O #VoteLGBT é uma organização que, desde 2014, busca aumentar a representatividade de pessoas LGBT+ em todos os espaços, principalmente na política. Entendemos que só existe democracia quando há diversidade, por isso, também enxergamos a representatividade de forma interseccional às questões de gênero e raça. Desde 2016, realizamos pesquisas sobre a população LGBT+, entendendo que esses dados são fundamentais para uma leitura complexa dessa parcela da população e para a criação de políticas públicas voltadas para nossas necessidades.

QUEM NOS APOIA?



ERA FUND

A democracia tende a se desenvolver e a resistir quando todos os segmentos da sociedade são livres para participar sem sofrer discriminações ou ameaças. Reconhecendo o direito fundamental de todas as cidadãs e todos os cidadãos, o National Democratic Institute lançou o fundo Equal Rights in Action – o Fundo ERA – para oferecer pequenas doações a organizações locais ao redor do mundo que trabalham com a promoção e a defesa dos direitos humanos de grupos marginalizados.



VICTORY INSTITUTE

Baseada nos EUA, é uma organização dedicada ao fortalecimento de lideranças LGBT+ ao redor do mundo, contribuindo com a promoção da igualdade em todos os níveis de governo. Por meio de programas de treinamento e desenvolvimento profissional, a Victory Institute ajuda centenas de pessoas a seguirem suas carreiras na política, no governo, nos negócios e em advocacy. Muitas dessas lideranças treinadas pela Victory se juntam às mais de 1000 pessoas declaradamente LGBT+ eleitas em todo o mundo.



GOOGLE.ORG

Braço filantrópico do Google, o Google.org apoia organizações sem fins lucrativos voltadas a questões humanitárias e aplicam inovação escalável e orientada por dados para solucionar os maiores desafios do mundo. Com o objetivo de apoiar a maior diversidade de vozes na política nacional em 2022, o Google.org selecionou organizações não governamentais que desenvolvem projetos voltados à capacitação de candidaturas de grupos politicamente sub-representados.

"Hoje, esse cargo que ocupo veio de uma construção de muitos anos atrás, partiu de uma reflexão do que a gente realmente acredita, mostrando que não precisamos esconder o que a gente quer, e está sendo muito bacana ver o resultado disso."

mulher cis
bisexual
negra
representante LGBT+

"Imagina uma travesti gestora, uma travesti vereadora. Isso a sociedade não aceita com tanta facilidade, mas a gente resistiu e resiste."

travesti
heterossexual
branca
representante LGBT+

"Não há limites para os nossos sonhos, para os nossos desejos, para os nossos objetivos. Sempre que tenho oportunidade na Câmara, digo 'o meu lugar é onde eu quiser estar!'. Sempre digo isso, sempre. O meu lugar não é onde a sociedade quer me colocar, o meu lugar quem decide sou eu."

homem cis
gay
branca
representante LGBT+

"A gente constrói o mandato do lugar de trabalhador, porque a gente é trabalhador. Nenhum de nós conseguiu se dedicar integralmente a fazer apenas a campanha porque a gente era pobre, preto, periférico e, além disso, as construções dos nossos movimentos dependiam da nossa mão de obra também. Nosso trabalho hoje vem disso, do olhar desse trabalhador periférico."

mulher cis
lésbica
negra
representante LGBT+

"Se a gente quer buscar novos rumos para a política, é necessário também ter novos atores na política, especificamente na pauta LGBT. Nós nunca fomos colocadas na centralidade da construção política da direita, da esquerda, do centro ou de nenhum outro espectro político. Pelo contrário, as pautas ligadas à comunidade LGBT sempre foram utilizadas como ferramenta de troca."

mulher trans
lésbica
branca
representante LGBT+

PARTE 1

10

CONTEXTO DA PESQUISA

5 _____ **UMA SIGLA
EM DISPUTA**

8 _____ **APRESENTAÇÃO**

11 _____ **POR QUE FALAR
DE POLÍTICA LGBT+?**

12 _____ **POLÍTICA LGBT+
EM NÚMEROS**

13 _____ **ELEIÇÕES 2020:
CONTEXTO
METODOLÓGICO**

14 _____ **PERFIL DAS
CANDIDATURAS
LGBT+**

PARTE 2

17

SER/FAZER POLÍTICA LGBT+ NO BRASIL

18 _____ **COMO NASCE
A POLÍTICA LGBT+?**

20 _____ **DESAFIOS DA
CANDIDATURA LGBT+**

26 _____ **VOTO COLORIDO**

27 _____ **VIOLÊNCIA POLÍTICA**

30 _____ **O VOTO LGBT+
É BEM-VINDO,
A LIDERANÇA NÃO**

PARTE 3

32

+LGBT, MAIS DEMOCRACIA

33 _____ **JUSTIÇA
ELEITORAL**

34 _____ **PARTIDOS
POLÍTICOS**

35 _____ **CASAS
LEGISLATIVAS**

36 _____ **AGRADECIMENTOS**

37 _____ **FICHA TÉCNICA**

UMA SIGLA EM DISPUTA

LGBT, LGBTQIA+, LGBTHQIAPD+...As siglas que nos representam estão em evolução e disputa. Existe um entendimento que, quanto mais letras a gente colocar na sigla, mais inclusiva ela seria. Este raciocínio esbarra na questão do acesso e da comunicação. Quando conversamos com as pessoas durante as nossas pesquisas de campo (realizadas desde 2016 nas maiores paradas do orgulho do país), vemos que muitas delas nem sabem o que é ser trans ou LGBT. Imagina fora das paradas!

Cada vez que a gente altera ou aumenta a sigla, a gente se distancia um pouco mais da população não ativista, que é um pedaço muito importante do nosso público. O #VoteLGBT entende que a transformação da sociedade para a participação plena das pessoas necessita da contribuição de muita gente e, como instituição, tem optado em solidificar a sigla "LGBT+" porque, por um lado, apela para algo mais conhecido ("LGBT") e, por outro, mostra que tem mais gente para considerar ("+").

O "+" aí é importante porque não existem só as pessoas intersexo, nem só as pessoas assexuais. As pessoas não binárias, por exemplo, estão excluídas de todas as siglas em disputa e, assim como as pessoas intersexo, ocupam espaços políticos e trazem uma contribuição muito importante para todo o movimento. A diversidade humana não cabe em sigla nenhuma.

L G B T +

UMA SIGLA EM DISPUTA

Lésbicas

Gays

Bissexuais

Travestis, transexuais
e transgêneros

Intersexuais, assexuais,
não-binárias e outras
orientações sexuais, identidades
e expressões de gênero

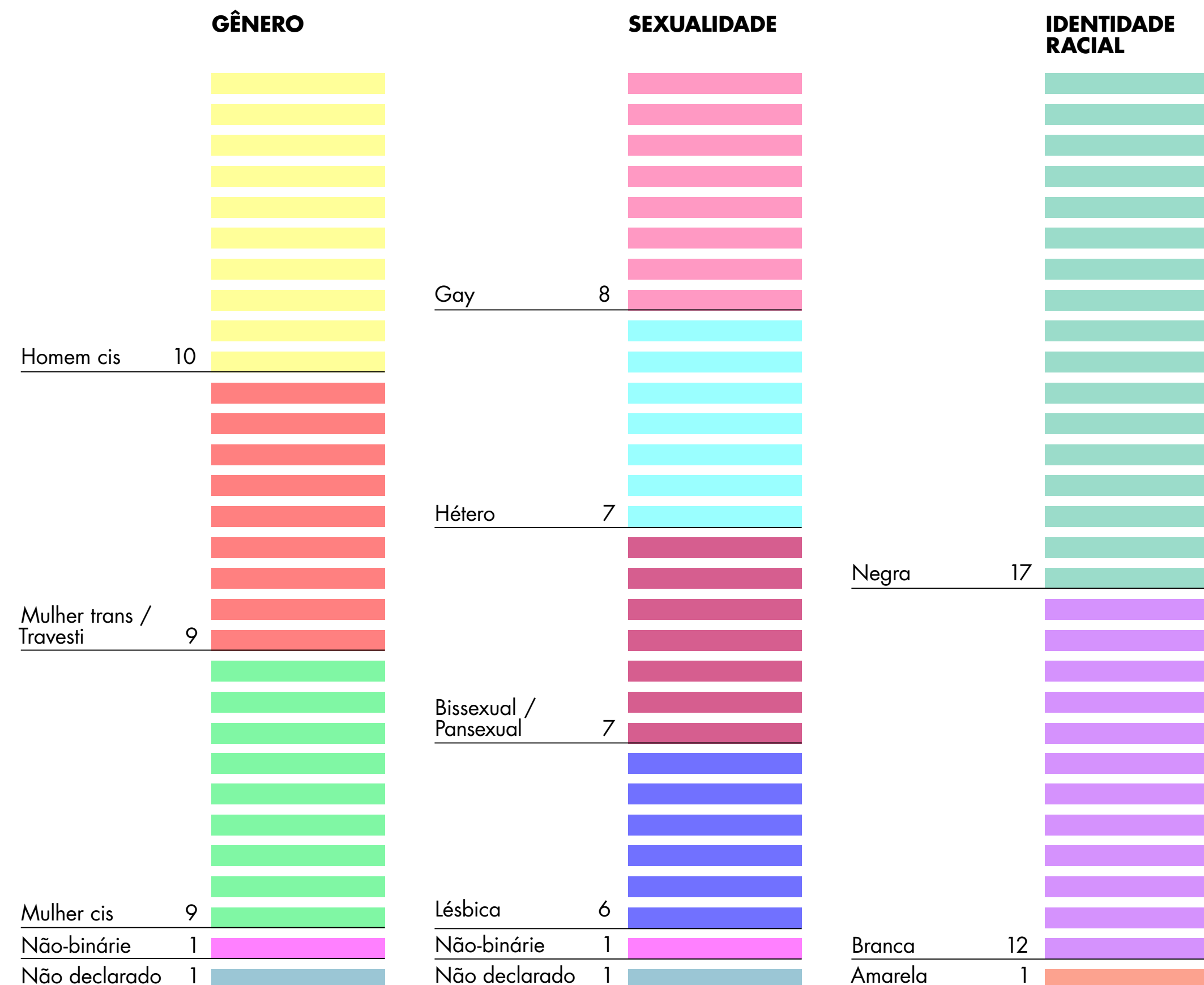
L **G** **B** **T** **+**

APRESENTAÇÃO

O relatório “A Política LGBT+ Brasileira: entre potências e apagamentos” é parte do projeto +LGBT na Política que tem o objetivo de entender, analisar e disseminar informações sobre a representação política LGBT+ no Brasil. Desde maio de 2021, com apoio do Fundo ERA, do Victory Institute e do Google.org, o projeto vem realizando uma ampla e profunda pesquisa para compreensão do contexto político LGBT+ no Brasil, além da promoção de treinamentos de lideranças e criação de ferramentas para participação.

A primeira etapa da pesquisa teve como método a coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas. Para isso, utilizamos três abordagens principais. A primeira abordagem constou no mapeamento de 30 pessoas (26 eleitas e 4 não eleitas) que passaram pela corrida eleitoral em 2020 para a realização das entrevistas com duração média de uma hora. Neste mapeamento, procuramos garantir diversidade de identidades, territórios e partidos políticos. As entrevistas foram feitas em condição de anonimato e, nas citações que ilustram este relatório, escolhemos descrever apenas alguns marcadores identitários para fins de contexto. O roteiro de perguntas das entrevistas, assim como maiores detalhes sobre como coletamos e processamos os dados deste relatório, você encontra no [Apêndice Metodológico](#) (acesse aqui).

PERFIL DAS 30 LIDERANÇAS LGBT+ ENTREVISTADAS



12 partidos
22 cidades
14 estados

diversidade
de identidades, territórios
e partidos políticos

Com base nas respostas das primeiras entrevistas, a segunda abordagem constou na elaboração de um questionário que foi enviado para todos os partidos políticos do país. A pesquisa online e anônima, de tipo *survey*^{*}, procurou entender como a realidade da política LGBT+ se expandia quando falávamos não só com representantes eleitas, mas com outras pessoas LGBT+ filiadas a partidos. Já a terceira abordagem procurou analisar, a partir de dados oficiais do TSE e do IBGE, quais fatores poderiam ter influenciado o desempenho eleitoral nas mais de 500 candidaturas LGBT+ mapeadas pela sociedade civil.

Na segunda etapa do projeto, realizada entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022, buscamos realizar um cruzamento entre as pesquisas quantitativa e qualitativa. Para complementar os dados levantados, uma pesquisa adicional sobre o financiamento de campanha foi realizada pela autora deste relatório. Neste momento, o projeto encontra-se na etapa de sistematização e disseminação dos coletados nas fases anteriores, seja por meio de webnários e cartilhas, direcionadas a lideranças LGBT+ que atuam ou querem atuar na política, seja por materiais direcionados à imprensa e ao debate público, como é o caso deste relatório.

Você vai poder observar, na leitura deste relatório, que segmentamos os dados de acordo com marcadores de gênero e raça, pois as candidaturas LGBT+, assim como toda a população, não podem ser analisadas como um bloco e esses marcadores ajudam a determinar sua experiência na política. Acreditamos que a diversidade é um valor fundamental para a democracia e, por isso, este é um desafio nosso, de todas nós.



* Refere-se a uma pesquisa que visa obter informações sobre um grupo de pessoas por meio de questões estruturadas com opções de resposta pré-determinadas.

PARTE 1/ CONTEXTO DA PESQUISA

POR QUE FALAR DE POLÍTICA LGBT+?



O apagamento das pessoas LGBT+, a negligência com seus direitos e necessidades, foi o que desde sempre motivou pessoas LGBT+ a reivindicarem maiores espaços na sociedade. Podemos entender que a luta LGBT+ sempre existiu, se pensarmos que cada vida que ousou viver sua realidade desafiando os padrões da sociedade foi uma forma de luta política. Contudo, é mais recentemente que o movimento LGBT+ vem conseguindo se apropriar do ramo político democrático eleitoral, isso devido a inúmeros movimentos que se intensificaram nos últimos anos, especialmente com a difusão de meios e recursos digitais que possibilitaram maior organização das pessoas e de suas pautas.

A política brasileira sempre foi ocupada por homens brancos, cis, héteros, não jovens, ricos e conservadores. Foi apenas após a redemocratização (1984) que começamos a ter mudanças mais visíveis no cenário, ingressando aos poucos mulheres, pessoas negras, indígenas, a classe trabalhadora e também pessoas LGBT+. São essas atrizes e atores políticos, junto aos movimentos sociais, os responsáveis pelos pequenos avanços no campo dos direitos nos últimos anos. A pressão popular aliada às articulações estratégicas fazem com que toda conjuntura política se sinta pressionada a enxergar as demandas da nossa população.

Para a população LGBT+, a ocupação de mandatos é importante e estratégica para que os direitos conquistados não deixem de existir e para que cada vez mais a sociedade avance em sua democracia, garantindo condições de vida plena para essas pessoas.

“O primeiro banheiro feminino do Senado foi construído em 2016. Olha o tamanho dessa violência! Então, assim, esse ambiente de fato não foi feito para nós. Esse ambiente se estrutura para que a gente não se sinta confortável e pertencente, isso é um fato. Infelizmente, foi assim que as casas legislativas e do executivo se organizaram, né? A partir desse lugar de herança colonial, pensando apenas para quem já estava lá, uma estrutura nada amistosa para nós.”

mulher cis
lébica
branca
representante política LGBT+

POLÍTICA LGBT+ EM NÚMEROS

Desde 2014, o #VoteLGBT se dedica a mapear candidaturas LGBT+ e pró-LGBT no Legislativo brasileiro. Polarizadas, as campanhas para cargos do Executivo (presidência, governo dos estados e prefeituras) costumam ser avessas às pautas consideradas “polêmicas”, pois precisam de mais da metade dos votos válidos para serem eleitas. Assim, o Legislativo acaba se tornando um espaço mais fértil para a ocupação política das pautas LGBT+ e por pessoas LGBT+, já que para se eleger é preciso mobilizar uma parcela menor do eleitorado dentro de um estado. Além disso, é no Legislativo que são construídas as leis que, se por um lado são mais trabalhosas de serem viabilizadas, por outro tendem a ter uma vida muito mais longa que a de um mandato.

Acreditamos que as vulnerabilidades da nossa população são complexas e precisam de políticas públicas continuadas. Assim, o foco deste relatório, como o das nossas ações ao longo desses oito anos, está na representatividade política no Legislativo brasileiro.

O quadro ao lado apresenta a ocupação LGBT+ nas casas legislativas desde 2018.

LGBT+ NO LEGISLATIVO*

Senado (2018)

4

candidaturas

1

eleita

Câmara Federal (2018)

57

candidaturas

4

eleitas

Assembleias Legislativas Estaduais (2018)

96

candidaturas

6

eleitas

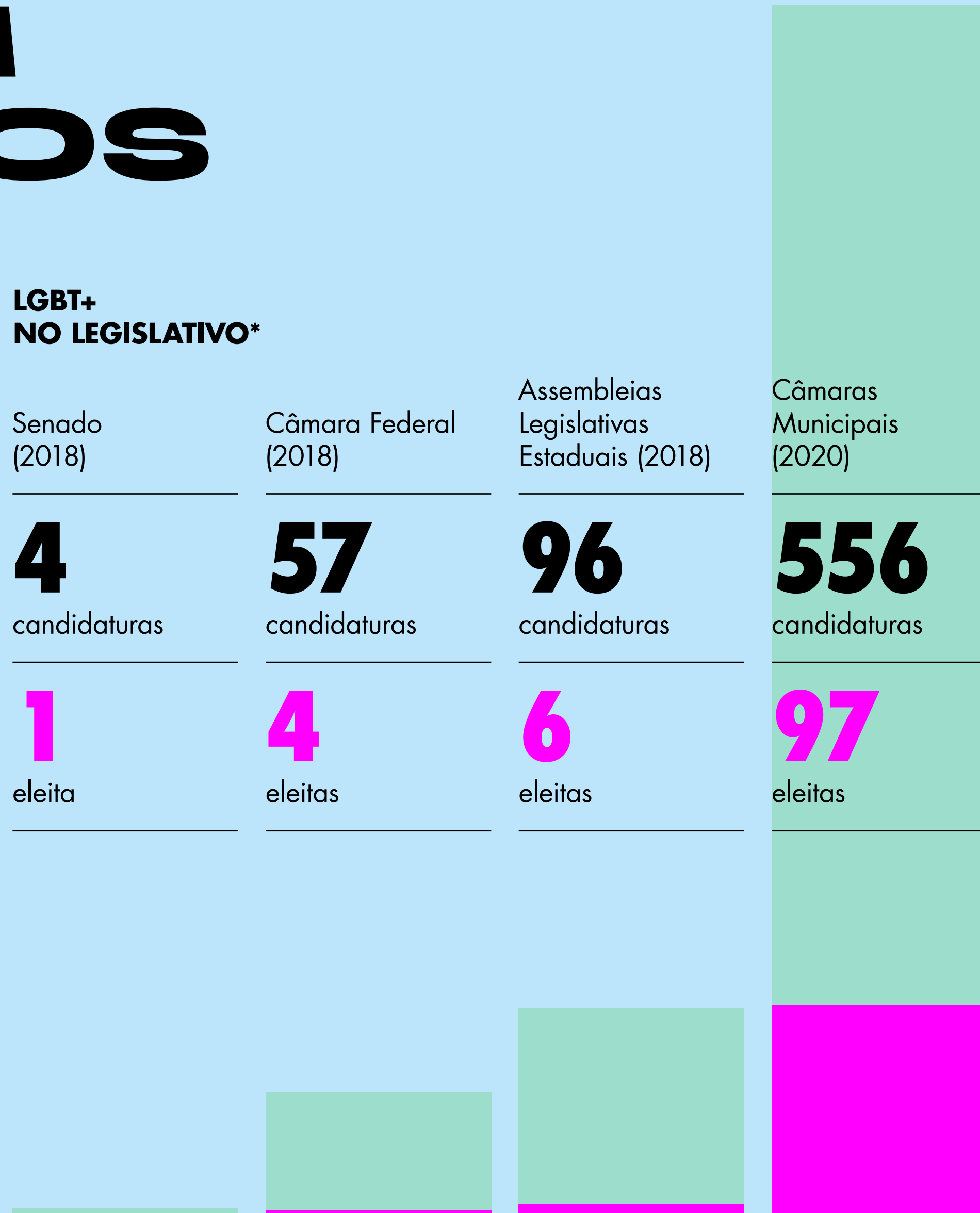
Câmaras Municipais (2020)

556

candidaturas

97

eleitas



(*) Em qualquer pesquisa sobre a população LGBT+, a autodeclaração é o meio mais adequado para se levantar este tipo de informação. Contudo, não existem dados oficiais das candidaturas LGBT+ junto à Justiça Eleitoral. Para esse levantamento, tivemos apoio de outras instituições que também se ocupam em tentar identificar esses dados, são elas: ABGLT, ANTRA, Aliança Nacional LGBTI e #MeRepresenta, a quem agradecemos os esforços e colaboração com o #VoteLGBT. Também buscamos diversos meios (entrevistas, redes sociais etc.) para confirmar a autodeclaração de gênero e orientação sexual das representantes LGBT+, no entanto, essa identificação nem sempre foi possível. Para outras informações mais detalhadas, consulte o “Apêndice Metodológico”.



556 foi o total de candidaturas LGBT+ mapeadas pela sociedade civil na campanha de 2020*. 97 delas foram eleitas, 17% do total.

ELEIÇÕES 2020: CONTEXTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada em três frentes de trabalho, entre os meses de maio e setembro de 2021:



#VOTELGBT

A

ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES LGBT+

Entrevistas semiestruturadas aplicadas a 30 candidaturas LGBT+, em sua maioria eleitas, que disputaram as eleições de 2020, de diferentes partidos políticos e regiões do país.

B

ANÁLISE DE DESEMPENHO DE CANDIDATURAS LGBT+

Levantamento de dados sobre financiamento, distribuição geográfica e desempenho eleitoral das 556 candidaturas LGBT+ mapeadas nas eleições de 2020, a partir de bases de dados da Justiça Eleitoral e do IBGE.

C

CENSO +LGBT NA POLÍTICA

Questionário on-line aplicado a pessoas LGBT+ filiadas a partidos políticos e candidaturas, totalizando 545 respondentes espontâneos:

- 331 pessoas filiadas a partidos políticos, que não se candidataram;
- 174 candidaturas às Câmaras Municipais;
- 19 candidaturas às Assembleias Legislativas estaduais;
- 11 candidaturas à Câmara Federal;
- 8 candidaturas à Prefeitura;
- 2 candidaturas ao Governo Estadual.

PERFIL DAS CANDIDATURAS LGBT+

Os dados se referem ao levantamento realizado a partir da última eleição municipal em 2020 e contou com candidaturas para prefeituras e vereanças.

A PERFIL IDEOLÓGICO

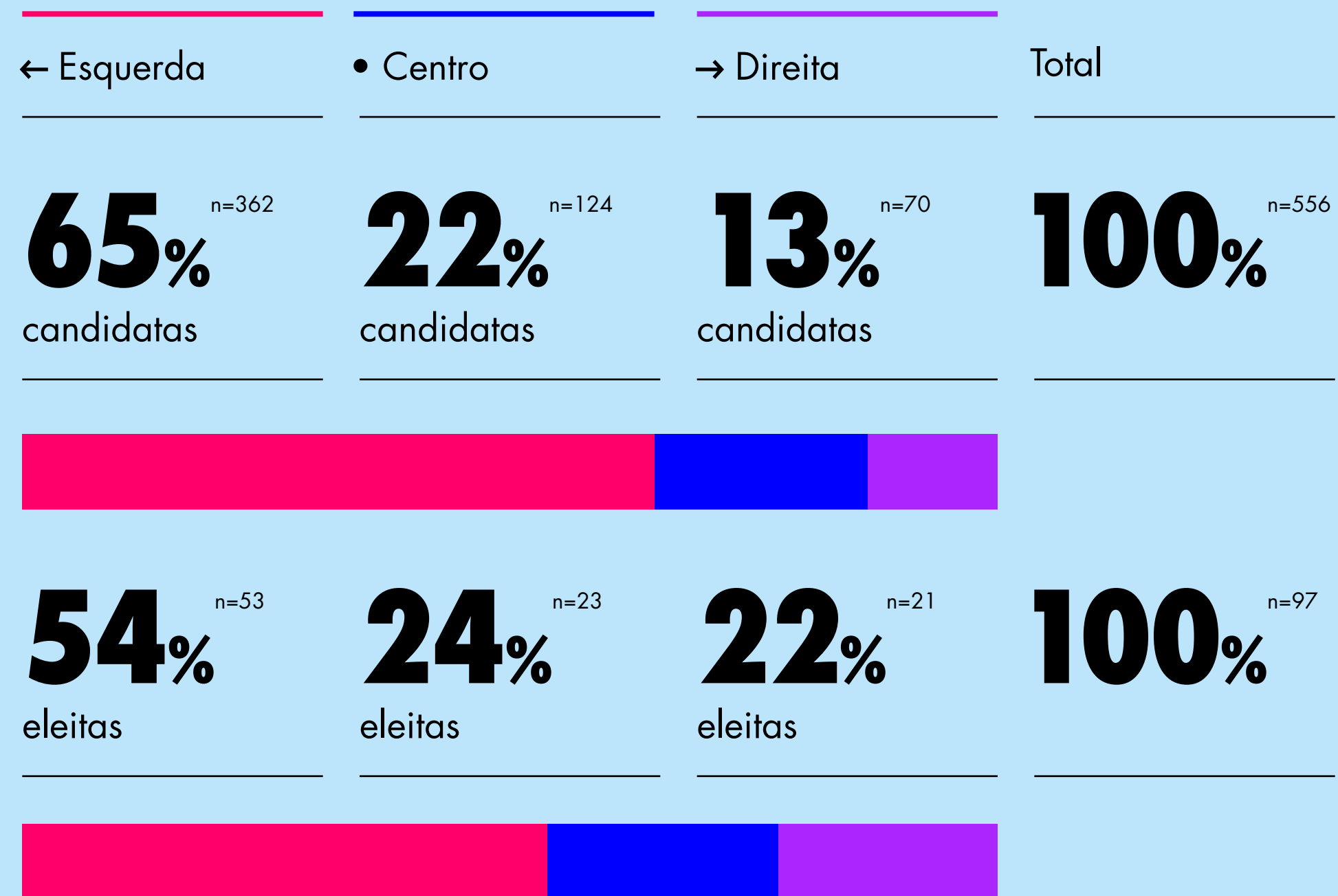
No Brasil, existe uma certa dificuldade em realizar a classificação dos partidos políticos entre espectros ideológicos tradicionais. As regras do jogo eleitoral e da atuação política mudam o tempo todo, fazendo com que os partidos construam alianças momentâneas, a depender de interesses específicos. É certo que não há um consenso entre especialistas da área sobre o assunto, porém, Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) propõem uma catalogação e agrupamento de partidos a partir de seu eixo ideológico (esquerda-centro-direita) que, por ora,

dão conta das principais siglas nacionais*. Dessa forma, para fins de simplificação e amplo entendimento, utilizamos aqui sua classificação. E ampliamos sua aplicação para alguns partidos criados ou renomeados entre 2018 e as eleições de 2020. Desde então, os partidos seguem passando por novas transformações, fusões e refundações, mas optamos por manter a nomenclatura presente nas eleições de 2020.

* "Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica" Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf

- ← PCB
 - ← PC do B
 - ← PDT
 - ← PSB
 - ← PSOL
 - ← PSTU
 - ← PT
 - ← UP
 - ← PCO
- CIDADANIA
 - MDB
 - PMN
 - PSDB
 - PV
 - REDE
 - SOLIDARIEDADE
 - PMB
 - PROS
 - REPUBLICANOS
- AVANTE
 - DEM
 - NOVO
 - PATRIOTA
 - PL
 - PODE
 - PP
 - PSC
 - PSD
 - PSL
 - PTB
 - PRTB
 - DC
 - PTC

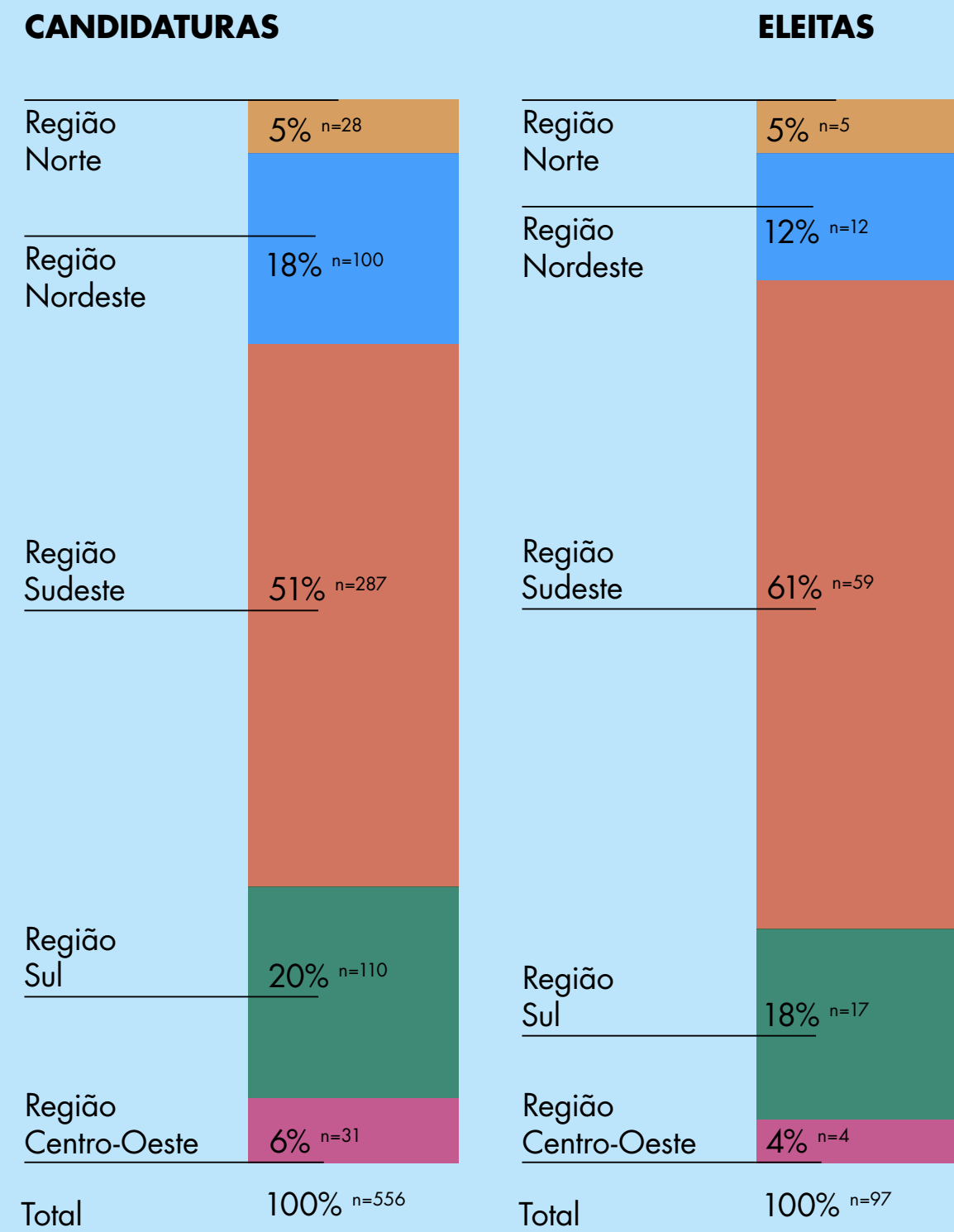
Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta os eixos ideológicos identificados das representações LGBT+.



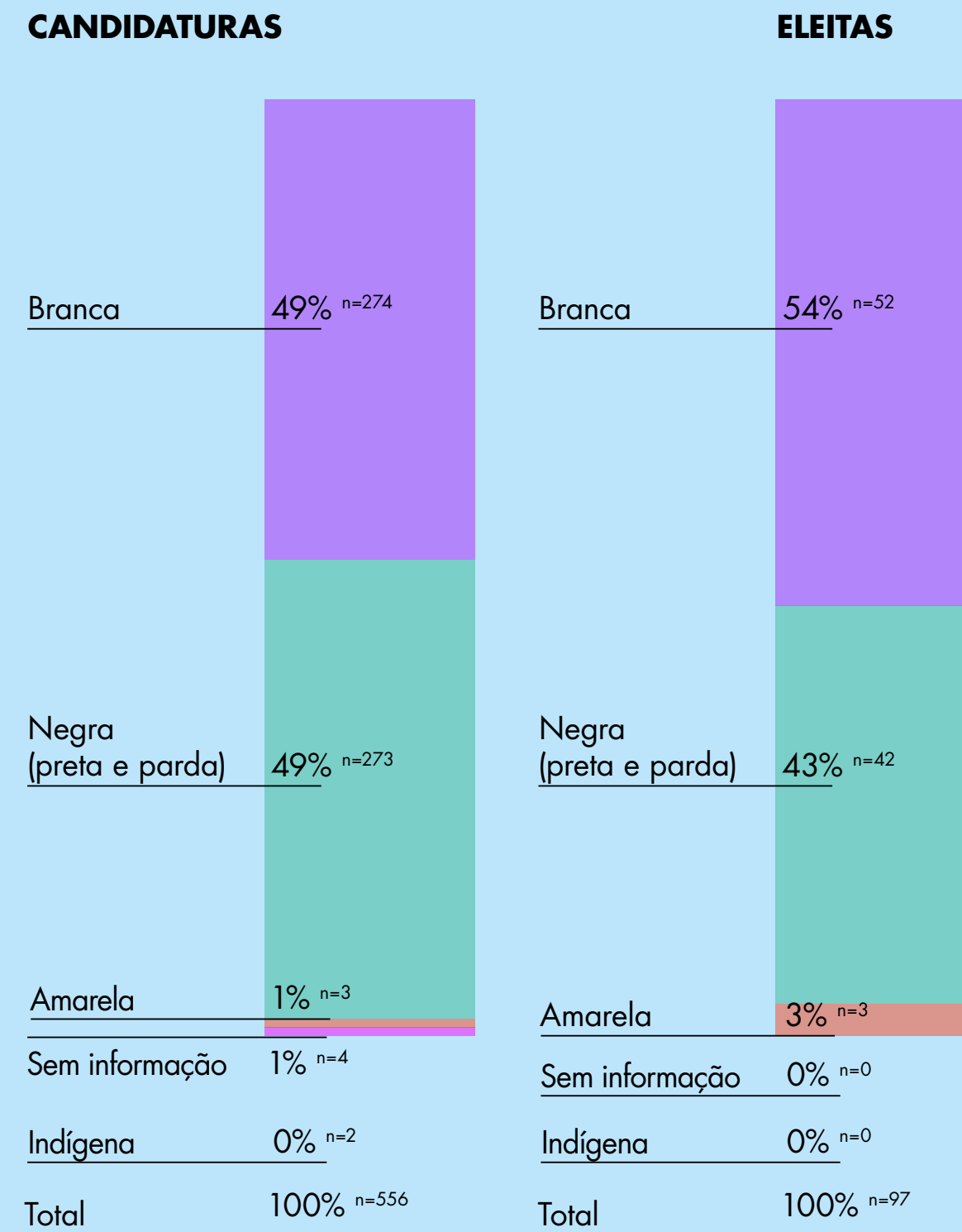
Nas eleições de 2020*, não encontramos nenhuma candidatura LGBT+ em cinco partidos (15% do total).

(* No período, existiam 33 partidos registrados no Brasil.

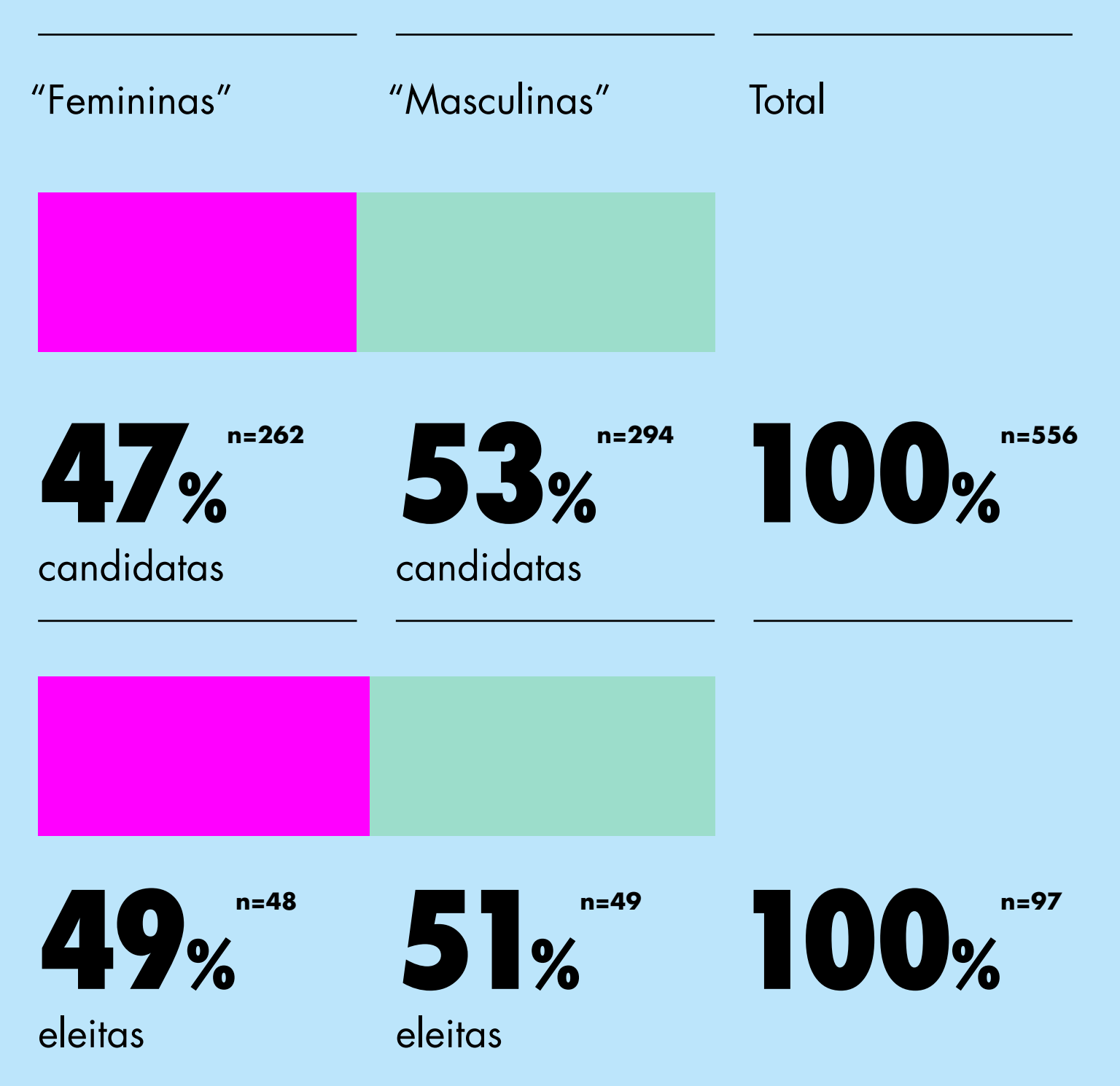
B **PERFIL GEOGRÁFICO**



C **PERFIL ÉTNICO-RACIAL**



D **PERFIL IDENTIDADE DE GÊNERO***



A região sudeste concentra 61% das representações LGBT+ eleitas no Brasil.

Sozinha, a região soma mais candidaturas LGBT+ que todas as outras quatro regiões.

(* Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as candidaturas são classificadas em "femininas" e "masculinas". Entre elas, podem estar candidaturas cis, trans e travestis de acordo com a identidade de gênero que possuam em sua documentação ou em seu nome social reconhecido no título de eleitor. No entanto, tivemos notícia de diversas candidaturas trans, travestis e não binárias que tiveram sua identidade de gênero desrespeitadas pela Justiça Eleitoral durante as eleições de 2020.

E **PERFIL ORIENTAÇÃO SEXUAL**

orientação sexual	candidaturas	eleitas
lésbicas		
gays		
bissexuais/ pansexuais		
héteros		
assexuais		
total		

No Brasil, há uma lacuna na coleta de dados sobre a população LGBT+: o Censo Demográfico, maior pesquisa realizada em território nacional, não incorpora perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero. O que existe é um mínimo esforço do IBGE na captação desses dados que, de forma limitada, só contabiliza casais de pessoas do mesmo sexo que moram na mesma residência, quando uma delas é responsável pelo domicílio.

O TSE não coleta dados da orientação sexual e ainda é falho na coleta da identidade de gênero das candidaturas LGBT+.

É urgente trazer para o debate público a necessidade destas medições, uma vez que a inexistência desses números deixam a população LGBT+ de fora de planejamentos consistentes, pois os dados são fundamentais para a construção de políticas públicas direcionadas.

A partir das eleições de 2018, a Justiça Eleitoral avançou no reconhecimento do nome social no título de eleitor e o #VoteLGBT fez parte desta história, articulando a apresentação da consulta pública que originou esse direito. Desde então, 9,9 mil eleitoras, eleitores e candidaturas puderam ter seus nomes e gêneros respeitados no momento de votar e serem votadas/os. No entanto, essa autodeclaração só vale dentro do prazo de regularização do título de eleitor e não para o prazo de registro de candidatura, mais próximo das eleições, como é permitido às candidaturas quanto à autodeclaração de raça e cor. Com isso, inúmeras candidaturas trans, travestis e não binárias tiveram suas identidades violadas durante as eleições. É preciso, portanto, que haja maior divulgação da informação sobre esse direito.

Embora o TSE tenha avançado no respeito à identidade de gênero, hoje não é possível dizer quantas são as candidaturas de pessoas trans, travestis ou não binárias. O TSE divulga em sua base de dados apenas a informação das candidaturas que fizeram uso de nome social, mas sem que tenha havido um consentimento expresso para a divulgação. Além de problemático do ponto de vista ético, este é um dado incompleto, pois não inclui as candidaturas trans que já retificaram seus documentos oficiais. Com relação à orientação sexual, não há qualquer coleta de informações por parte da Justiça Eleitoral. Acreditamos que tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual devem poder ser autodeclaradas publicamente na Justiça Eleitoral por aquelas candidaturas que assim desejarem – seja para disputarem a política a partir de suas identidades, seja para termos dados oficiais sobre quem somos, seja para disputarmos políticas por representatividade LGBT+ nas eleições brasileiras.



PARTE 2/ SER/ FAZER POLÍTICA LGBT+ NO BRASIL

COMO NASCE A POLÍTICA LGBT+

Para as candidaturas que entrevistamos, a maior causa que leva as pessoas LGBT+ para a política é a necessidade. O recente aumento das candidaturas e o recorde de representantes abertamente LGBT+ eleitas e eleitos são reflexo não apenas da ascensão do debate público sobre a necessidade de políticas públicas para pessoas LGBT+, mas também do sentimento de ameaça de direitos. Em entrevista, muitas e muitos relataram que os acontecimentos recentes da política brasileira são os motivadores para se candidatarem – do avanço conservador da bancada evangélica no Congresso, passando pelo *impeachment* em 2016 e, principalmente, as eleições de Bolsonaro em 2018. No entanto, o interesse pela política remonta seus corpos e suas famílias.

Para as pessoas entrevistadas, a entrada na vida política acontece antes de concorrer a um cargo político, de forma gradual, à medida que as diferenças sociais atravessam suas vidas.

“Desde muito pequeno, a gente se limita a algumas coisas que crianças brancas não se limitam. Existe algum nível de constrangimento que impõem na gente. Existe ao longo da vida. Isso pode resultar numa interdição de voz, mas também pode resultar num grito, né? Que bom que eu consegui gritar.”

homem cis
gay
negra
representante LGBT+

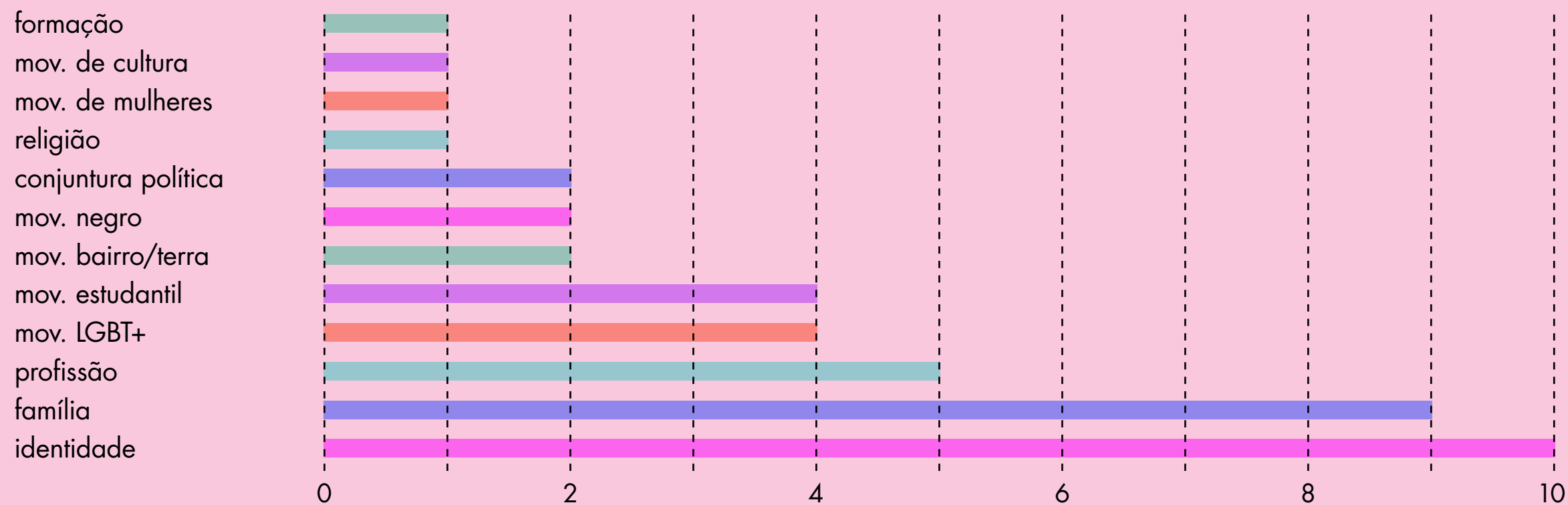
“Eu venho de uma família de servidores públicos, então sempre que tinha um processo, sempre que tava tendo eleição, eu ia para a frente de um palácio da minha cidade junto com a minha família para que a gente pudesse buscar pelos nossos direitos. Eu já fazia parte da política, então dizemos aí que a minha vida começou a ser política nos meus 5 ou 6 anos de idade, então já faz muito tempo.”

mulher cis
lésbica
branca
representante LGBT+

“O que me trouxe depois para a política? Foi a revolta! Eu fazia parte do Conselho Tutelar e acreditava que a gente conseguiria fazer algo de política pública sem precisar da política, imagina? Super radical, achava que a política era uma enganação... Mas acabei tendo mais contato, eu entendi que sem dialogar com a política eu estava enxugando gelo e não criava políticas públicas efetivas que tirassem [as crianças daquelas condições que elas viviam, foi onde eu comecei a perceber o quão importante era de fato o processo político da minha cidade, tanto no Legislativo, quanto no Executivo.”

homem cis
gay
negra
representante LGBT+

**ENTREVISTAS:
O QUE MOTIVOU O INGRESSO NA POLÍTICA?**



Diversas pessoas entrevistadas relataram que a participação da família em movimentos sindicais, suas participações em greves estudantis e em movimentos sociais foram importantes formadores que as motivaram a disputar depois a política institucional. Outra origem comum é o exercício profissional voltado para as políticas públicas (como nas áreas da saúde, educação, assistência social etc.), pois, a partir de suas experiências de trabalho, sentiram motivação para transformar essas políticas e superar os obstáculos que encontraram.

Os movimentos sociais são predominantemente a maior base da formação política: das 30 pessoas entrevistadas, apenas cinco não relataram ter participado de movimentos sociais ao longo da sua trajetória. Essa marca retrata uma outra característica das candidaturas LGBT+: as pautas *sociais como centro dos mandatos*. Isso porque

as candidaturas LGBT+ não se mobilizam apenas para causas da população LGBT+ mas sim da sociedade como um todo. Muitas delas não participam do movimento LGBT+ e algumas nem mesmo pautaram a identidade LGBT+ em suas campanhas. É necessário entender que, para além da luta LGBT+, as pessoas são complexas e também interagem com outros movimentos, que muitas vezes ocupam até maior espaço em suas pautas de trabalho público. Outras entrevistas ainda mencionaram que estão sendo pioneiras na mobilização LGBT+ em seus territórios, fundando coletivos, ONGs, pressionando as prefeituras para a criação de políticas de saúde voltadas para a população LGBT+, organizando a Parada do Orgulho de suas cidades e também resistindo a avanços conservadores nas casas legislativas, antes mesmo de pensarem em disputar uma eleição.

“Estamos aí, desde 2011. Naquela época, tinha um deputado, Feliciano, que fazia aquelas falas terríveis contra gays, era o auge do projeto da “cura gay”, então a gente se posicionava muito enquanto coletivo, enquanto movimento contra esse projeto da “cura gay” e contra a questão das violências sofridas por pessoas LGBTs.”

mulher cis
bisexual
negra
representante LGBT+

“Minha escolha política é de uma mulher trans, vivendo na periferia. Eu cheguei para representar minha população numa outra ótica. Busco ter coerência ideológica e compreendo que ali eu conseguiria avançar tendo companheiros para somar comigo nessa. E de fato tenho certeza que não errei. A política é o lugar correto, é o lugar certo para eu estar. Principalmente vivendo tudo que a gente tá vivendo pro nosso Brasil a partir de 2018, né? O retrocesso enorme. Um país onde a gente não tem, de fato, representante que pense na vida da nossa população. Ele nos mata de fome, nos mata porque não temos vacina, nos mata porque a gente não consegue ter acesso...”

mulher trans
heterossexual
branca
representante LGBT+

DESAFIOS DA CANDIDATURA LGBT+



O sucesso das candidaturas nas capitais se diferencia um pouco do cotidiano das pequenas cidades, onde a eleição é literalmente disputada voto a voto. Além das diferenças regionais que afetam o nível de aceitação, as condições de elegibilidade† passam também por questões financeiras e apoio dos partidos.

† Elegibilidade é aquilo que permite que uma pessoa possa ser votada e, eventualmente, eleita. Existem inúmeras regras formais para alguém concorrer: limite mínimo de idade, nacionalidade brasileira, apresentar toda a documentação necessária dentro dos prazos. Para além dessas regras formais, ainda existe também um conjunto de condições que facilita que uma pessoa seja eleita, como por exemplo: dinheiro para aplicar na campanha, estrutura partidária, equipe dedicada, tempo livre para conversar com eleitorado etc.

O sistema eleitoral brasileiro é complexo e difícil de entender, sobretudo nas eleições para o Legislativo. Para se eleger, não basta que a candidatura esteja entre as mais votadas entre suas concorrentes. O total de votos conseguido por cada partido vai determinar quantas cadeiras o partido vai ocupar. E elas serão distribuídas entre as candidaturas mais votadas daquele partido. Assim, se uma candidatura for muito bem votada, ela pode ainda não ser eleita se seu partido não conseguir o número mínimo para ocupar uma cadeira: o chamado “quociente eleitoral” — termo que você vai encontrar diversas vezes por aqui.

quociente eleitoral

O quociente eleitoral muda a cada eleição, porque ele é calculado com base no número de votos válidos daquela eleição numa cidade ou estado. Votos válidos são os votos dados diretamente a uma candidatura ou à legenda de um partido. O número de votos válidos de um território (cidade ou estado) dividido pelo número de vagas em disputa na Câmara é o quociente eleitoral.

$$\left(\begin{array}{c} \text{total} \\ \text{de votos em} \\ \text{candidatos} \end{array} + \begin{array}{c} \text{total} \\ \text{de votos em} \\ \text{legenda} \end{array} \right) \div \begin{array}{c} \text{número} \\ \text{de vagas} \\ \text{em disputa} \end{array} = \text{quociente} \\ \text{eleitoral}$$

exemplo 150.000 15 10.000
votos válidos vagas q. eleitoral

APENAS 33% DAS CANDIDATURAS DE MULHERES NEGRAS LGBT+ TÊM BENS DECLARADOS.

74%
dos homens negros LGBT+ eleitos declararam bens.

Da mesma maneira, se uma candidatura recebe um número absurdo de votos que ultrapassa o quociente eleitoral, ela conquista sozinha várias vagas para seu partido. O quociente eleitoral varia de acordo com cada cidade ou estado e depende também da quantidade de pessoas que votou naquela eleição. Assim, quanto menos pessoas vão às urnas, menos votos são necessários para eleger alguém. O afastamento das pessoas da participação política acaba influenciando a campanha eleitoral: quanto menos pessoas votarem, menor é o quociente eleitoral, menor é o custo da campanha. A quem interessa isso?

Para piorar, as regras eleitorais mudam a cada ciclo. Mudanças mais ou menos sutis podem ter consequências enormes nos resultados das eleições. Na maioria das vezes, não podemos nos enganar: no seu conjunto, as mudanças acontecem no sentido de tentar manter os mesmos grupos no poder.

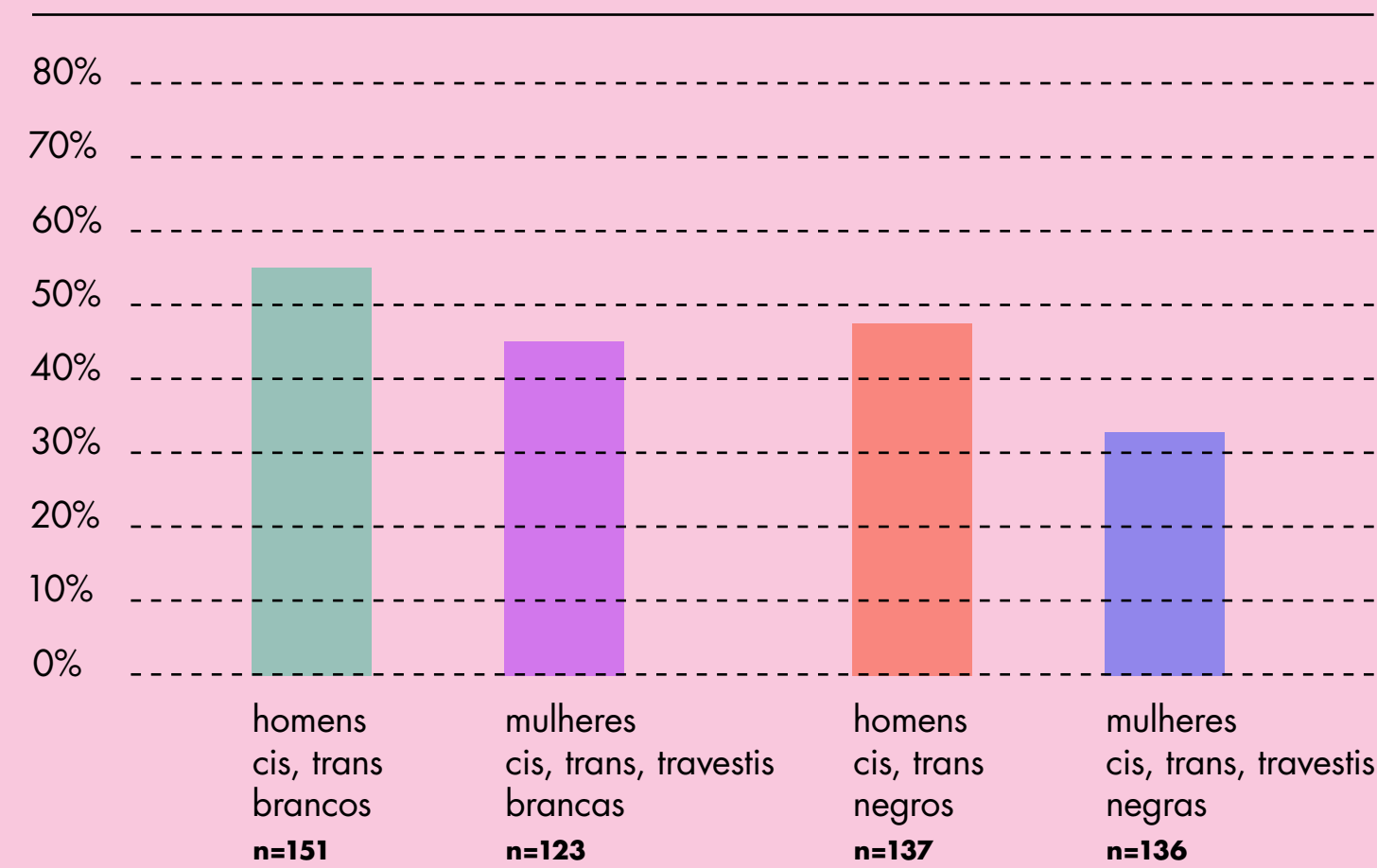
Em 2020, uma em cada três candidaturas LGBT+ concorreram em partidos que não atingiram o quociente eleitoral. Algumas delas foram muito bem votadas, mas não foram eleitas porque a soma dos votos do partido não alcançou o mínimo para ocupar uma cadeira na câmara de vereadores. Além de estar em partidos que alcançaram esse número mínimo de votos, pelas regras de 2020, era necessário que as candidaturas conseguissem, sozinhas, 10% do quociente eleitoral. Foi o caso de 29% das candidaturas que mapeamos. Das candidaturas que conseguiram atingir esse mínimo, 71% foram eleitas. Isso mostra que, quando as candidaturas LGBT+ conseguem condições mínimas de competitividade, através de financiamento e estrutura partidária, por exemplo, elas conseguem se eleger. A ausência de condições facilitadoras é o que mais prejudica as candidaturas LGBT+. A desigualdade social e a falta de apoio partidário impactam muito a elegibilidade.

Candidaturas LGBT+ que declararam ter bens tiveram um melhor desempenho nas urnas. Quando analisamos os dados do TSE sobre a declaração de bens entre as candidaturas, ficou claro que a presença de bens declarados era maior entre as que conseguiram se eleger do que entre todas as candidaturas, em qualquer recorte que fizéssemos.

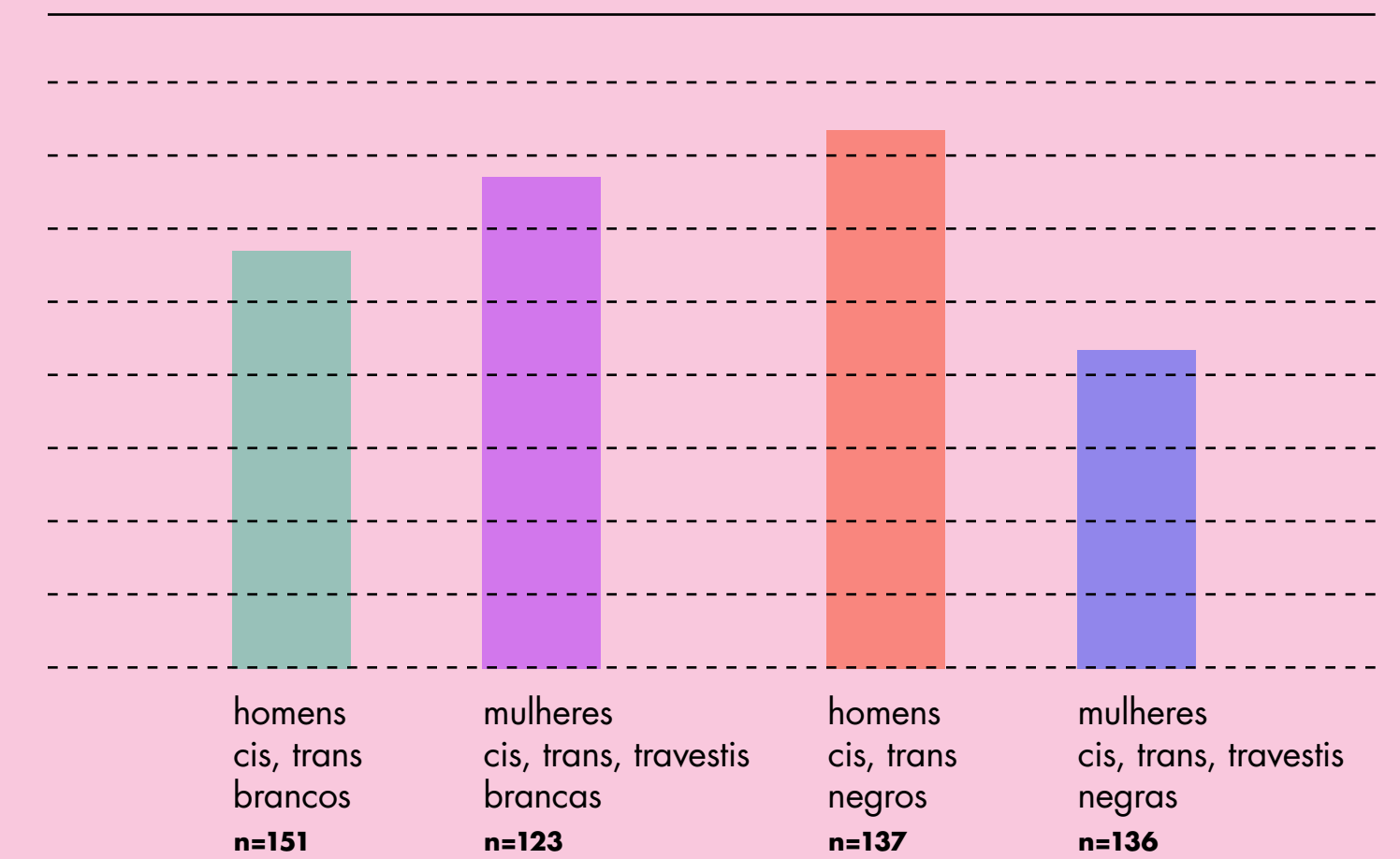
Assim, entre as condições facilitadoras para alguém se eleger, podemos destacar a *propriedade de bens*, porque indica uma força financeira individual, deixando a candidatura mais independente dos esforços do partido. Vemos esse impacto mais acentuado nas candidaturas de homens negros: a grande maioria dos que conseguiram se eleger teve bens declarados.

Embora as candidaturas de mulheres negras LGBT+ sejam as com menos bens declarados, o impacto sobre a sua elegibilidade poderia ter sido ainda pior não fossem as políticas afirmativas adotadas pela Justiça Eleitoral, determinando a distribuição de recursos para campanhas de mulheres negras, e a iniciativa de alguns partidos, destinando também para candidaturas LGBT+.

PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS LGBT+ COM BENS DECLARADOS* NAS ELEIÇÕES DE 2020



PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS ELEITAS LGBT+ COM BENS DECLARADOS* NAS ELEIÇÕES DE 2020



* Existência de algum bem declarado à Justiça Eleitoral, de qualquer valor ou natureza.

A desigualdade social que se manifesta no Brasil também demarca as candidaturas LGBT+. Nas entrevistas, foi possível observar o abismo social entre as próprias candidaturas LGBT+. Pessoas da periferia, mulheres com filhos, mulheres negras, desempregadas ou mesmo para as que têm de conciliar jornadas inteiras de trabalho com a campanha enfrentam dificuldades enormes para realizar suas campanhas. Contudo, a vulnerabilidade é maior especialmente entre as candidaturas trans e travestis. Para muitas dessas candidatas, a entrada na política representou uma maior segurança no campo de trabalho e uma possibilidade de estabilidade financeira por conta do salário de vereadoras.



“Em 2016, eu estava transicionando e então decidi que não queria mais viver a prostituição. Durante a campanha, em 2016, eu fiquei com medo de estar na rua e sofrer qualquer tipo de violência. Acabei saindo desse cenário de prostituição, mas sem ter trabalho. Eu tenho um companheiro com quem sou casada, mas ele também estava desempregado na época. A campanha tem duração de 45 dias, e nós passamos os 45 dias comendo arroz e feijão, mas acreditando que poderia chegar naquele lugar.”

mulher trans
heterossexual
branca
representante LGBT+

“A parte financeira me pegou muito, porque eu estava sem emprego, chegou uma hora que não tinha dinheiro nem pra comer. Eu fazia refeições na casa de uma colega de campanha, porque o dinheiro estava ficando curto e com o que eu tinha que conseguir pagar aluguel até dezembro mais ou menos, e eu pensava: ‘É aí? E se eu não me eleger o que eu faço da minha vida? O que que eu vou comer, o que que eu vou fazer?’”

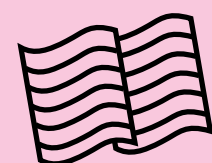
homem cis
gay
branca
representante LGBT+

Diante deste cenário complexo, que atravessa raça, gênero e classe social, mesmo entre as candidaturas LGBT+, medidas afirmativas para a correção dessas desigualdades e fomento dessas candidaturas são necessárias. O financiamento para as campanhas é determinante, mas ainda não é distribuído de forma muito clara. Os partidos costumam favorecer aquelas candidaturas que consideram prioritárias, “que têm mais chances de ganhar”, “de trazer mais votos” ou “atrair maior capital político para o partido”. Com esses parâmetros, acabam sendo privilegiadas as candidaturas mais próximas das lideranças do partido ou que já ocuparam mandatos. Outro ponto bastante citado é o empenho maior do partido com as candidaturas de cargos executivos, enquanto as candidaturas ao Legislativo, como as de vereador/a, ganham pouca atenção e recurso.

“Eu disputei com candidatos que foram apoiados ativamente por setores empresariais e financeiros, e eu disputei com candidato que foi excessivamente apadrinhado pelo prefeito, por setores da gestão. Então, a gente pulou uma fogueira para conseguir ser eleito.”

homem cis
gay
negra
representante LGBT+

6 partidos não transferiram recursos para as candidaturas LGBT+



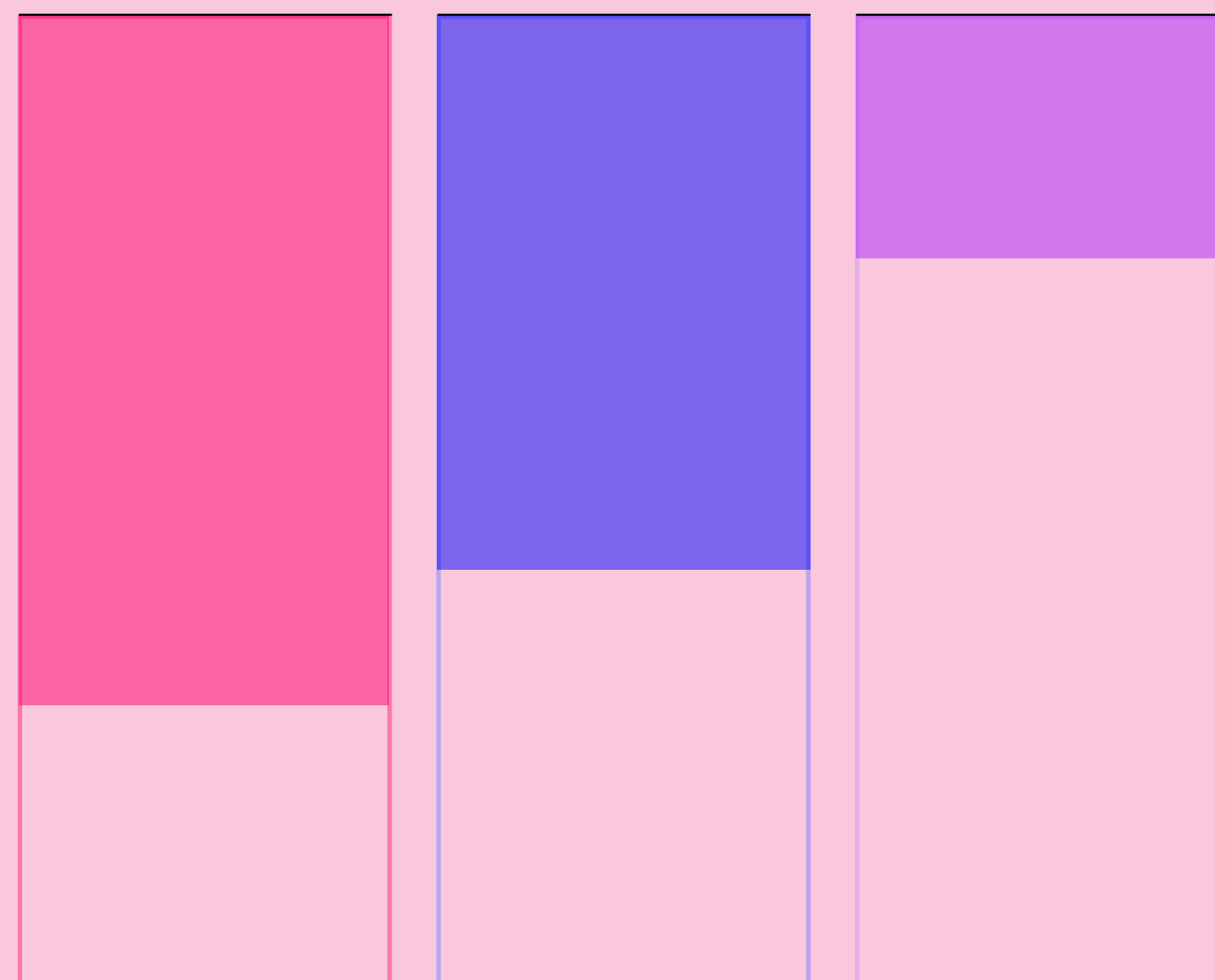
Partidos de esquerda investem 2 vezes mais em média em candidaturas LGBT+ do que partidos de centro e direita somados.

FINANCIAMENTO MÉDIO* DE CAMPANHAS POR LINHA PARTIDÁRIA

← Esquerda • Centro → Direita

71% n=19.908 **57%** n=6.015 **25%** n=3.916

recursos do partido** recursos do partido** recursos do partido**



29% n=8.159 **43%** n=4.584 **75%** n=12.025

arrecadação própria*** arrecadação própria*** arrecadação própria***

100% n=28.067 **100%** n=10.599 **100%** n=15.941

* Valores de financiamento médio obtidos por exercício descrito no apêndice metodológico.

** Recursos recebidos do partido político como Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ou Fundo Partidário (FP).

*** Recursos arrecadados pela/o candidata/o como doações de pessoas físicas, financiamento coletivo, recursos próprios etc.

A participação do financiamento público de campanha, distribuído às candidaturas pela direção dos partidos[‡], é fundamental na estruturação da campanha, uma vez que no Brasil a cultura de financiamento por indivíduos não é uma cultura forte. A má distribuição de renda

[‡] Entre as 556 candidaturas LGBT+ que mapeamos na pesquisa, 6 partidos não transferiram recursos, são eles: 1 partido de centro (PROS) e 5 de direita (Avante, Novo, Patriota, PRTB, PSL).

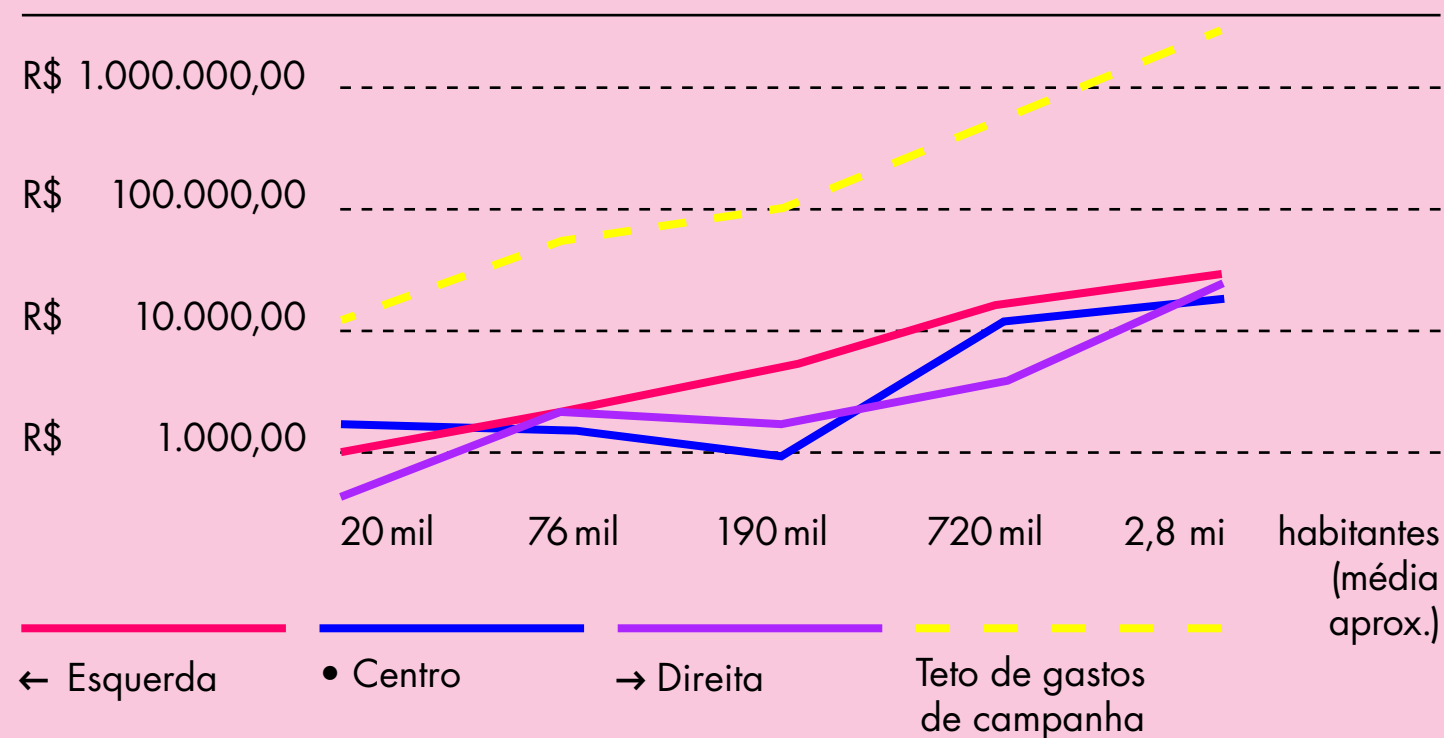
e a pobreza da população não oferecem um cenário democrático para este tipo de financiamento mais popular.

Os partidos de esquerda são os que mais investem em candidaturas LGBT+ para vereança, em cidades de todos os tamanhos, exceto nas menores, com cerca de 20 mil habitantes. Nessas cidades, os partidos de centro investem mais.

A Justiça Eleitoral estabelece um teto de gastos nas campanhas para cada município. Em média, as candidaturas LGBT+ recebem dos partidos menos de 6% do teto. Em cidades acima de 500 mil habitantes, os investimentos dos partidos em candidaturas LGBT+ não passam de 2% do teto.

Levando em consideração o teto de gastos, o investimento partidário é inversamente proporcional ao tamanho da cidade. Quanto maior a cidade, menor é a porcentagem de recursos repassado pelos partidos.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DOS PARTIDOS PARA CANDIDATURAS LGBT+ A VEREANÇA POR TAMANHO DAS CIDADES



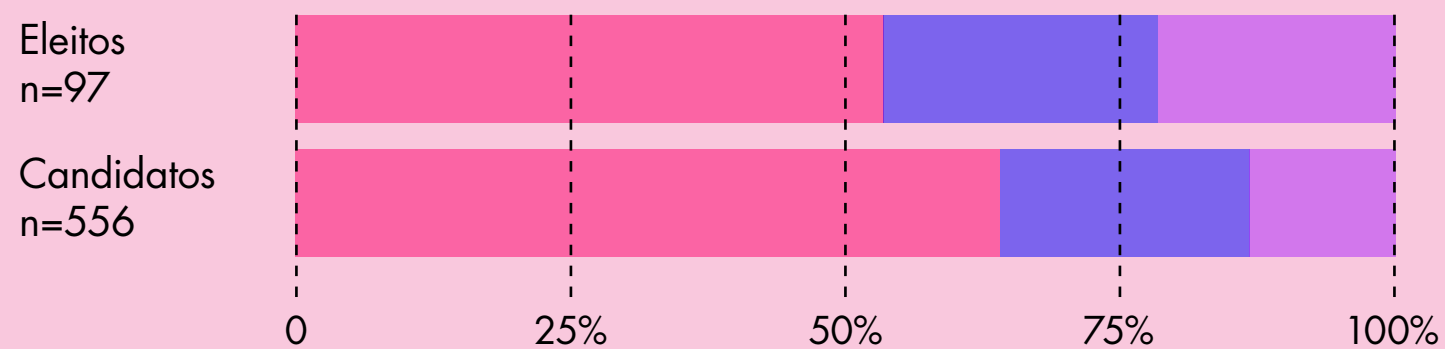
No gráfico, podemos ver que os investimentos na campanhas ficam muito abaixo do limite estabelecido pela Justiça Eleitoral.

65% das candidaturas LGBT+ estão em partidos de esquerda

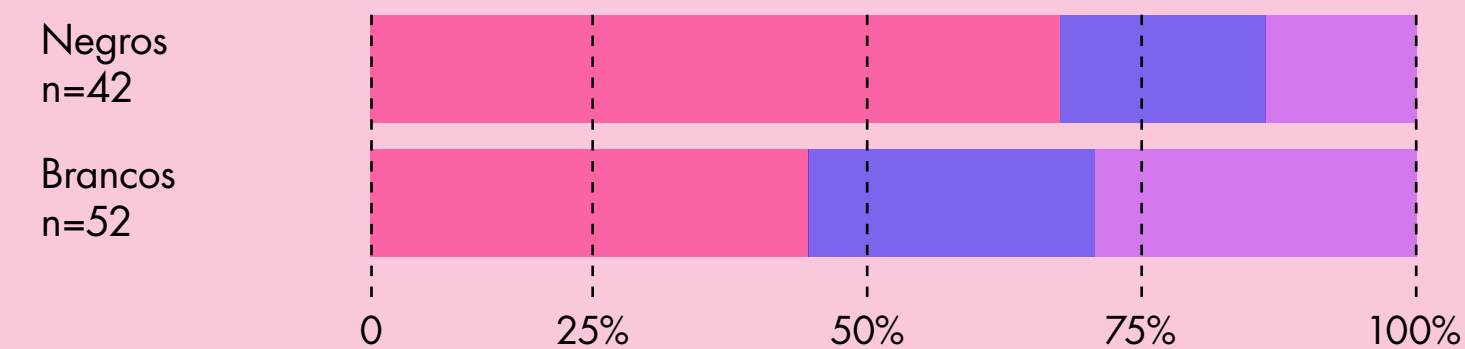
Partidos de esquerda elegeram mais mulheres LGBT+: 87% das mulheres negras, 58% das mulheres brancas

67% das pessoas LGBT+ negras eleitas são de partidos de esquerda

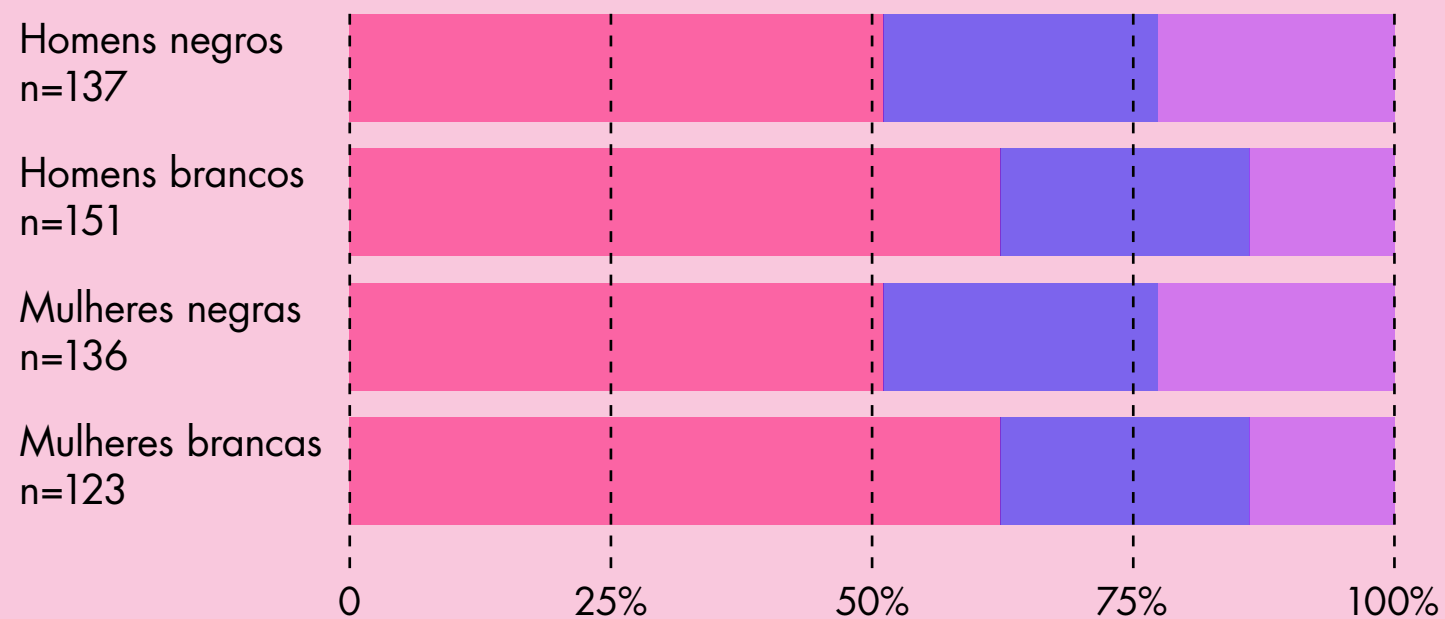
CANDIDATOS E ELEITOS



CANDIDATOS E ELEITOS

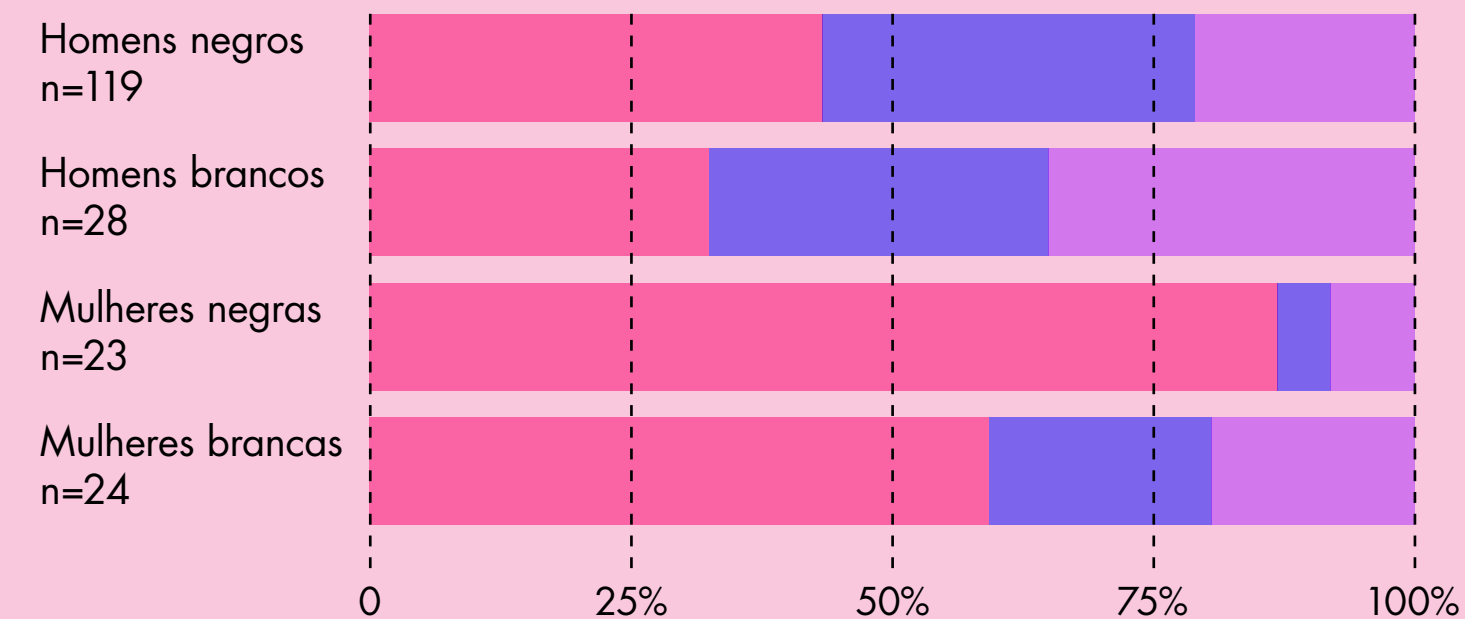


DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS LGBT+



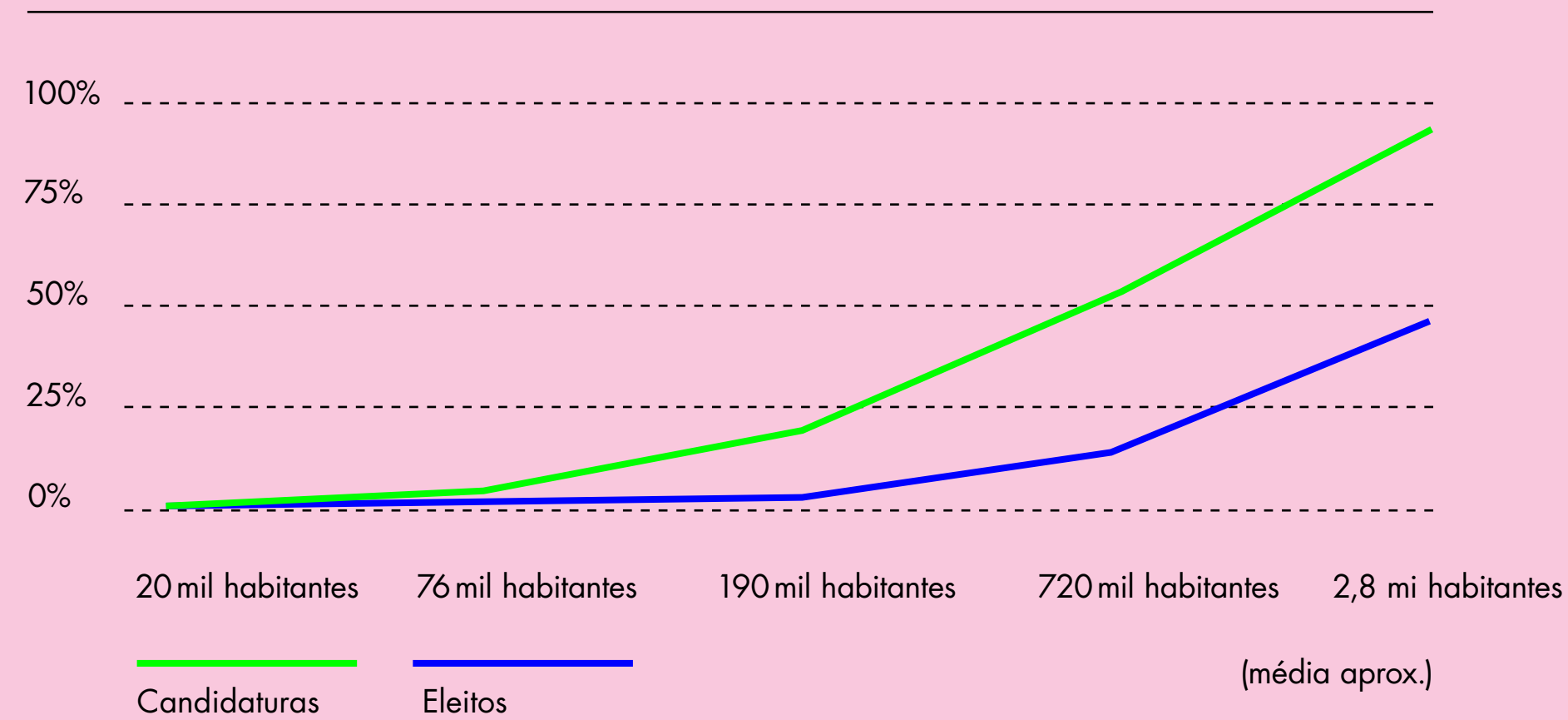
— ← Esquerda
 — • Centro
 — → Direita

DISTRIBUIÇÃO DE ELEITOS LGBT+



— ← Esquerda
 — • Centro
 — → Direita

PRESENÇA DE POLÍTICOS LGBT+ NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



A escolha dos partidos é um dos desafios mais citados, especialmente para representantes LGBT+ de cidades pequenas, onde não é comum haver muitos partidos e onde nem sempre eles têm uma ideologia política muito definida. Especialmente para as candidaturas LGBT+ destas cidades menores, o apoio e a acolhida real ao corpo LGBT+ nem sempre são oferecidos pelo partido junto ao aceite da candidatura. As candidaturas mais favorecidas pelos partidos são as de sempre: políticos tradicionais da cidade, pessoas que já foram eleitas ou já concorreram anteriormente, privilegiando aqueles que, na avaliação das direções partidárias, podem oferecer maior quantidade de votos para somar no quociente eleitoral.

O nosso mapeamento revelou a presença de pessoas LGBT+ candidatas e eleitas em todas as regiões do país. Nas eleições de 2020, candidaturas LGBT+ estiveram distribuídas em 5% dos municípios brasileiros e foram eleitas em 1% dos municípios. Quanto maiores as cidades, maior é a presença de pessoas LGBT+ na política, tanto como candidatas, quanto como eleitas.

2 em cada 3 candidaturas eleitas são as únicas representantes declaradamente LGBT+ nas suas cidades.

92% das candidaturas defenderam pautas LGBT+ em suas campanhas, apenas 10% não expuseram declaradamente serem LGBT+, pois entenderam que isso diz respeito à vida pessoal.

O *isolamento territorial político* é um fenômeno bastante comum em países com tamanho continental como o Brasil e acontece quando pessoas que lutam por uma causa ficam isoladas em suas regiões e não conseguem se integrar com os demais grupos de outras regiões, dificultando a mobilização social. Este tipo de fenômeno dificulta o debate em cidades pequenas e limita os avanços das pautas na região, uma vez que a maioria destas cidades já sofrem com forte pensamento conservador e muitas vezes preconceituoso. Em virtude disso, algumas candidaturas optam por não defender tão abertamente pautas LGBT+ em suas campanhas, mas, uma vez eleitas, procuram inseri-las em sua atuação. Esconder sua identidade LGBT+ e se ausentar de debates públicos muitas vezes não é uma opção, uma vez que ser LGBT+ atravessa todos os lugares da vida das pessoas, da vida privada até a vida social e profissional.

“Na primeira candidatura, eu ainda não tinha assumido publicamente a minha questão da bissexualidade. Na última, eu já estava até morando junto com minha atual companheira, então acabou que tive que assumir esse local de fala mesmo. Então eu sinto que a gente sofreu muita violência por isso, mas que a demarcação política ela é muito importante também, até mesmo para as pessoas se sentirem representadas, para as pessoas estarem ali dedicando aquele seu esforço de votar, de ajudar na campanha por um projeto que acreditam também.”

homen cis
bissexual
negra
representante LGBT+

VOTO COLORIDO

Pensando no futuro da política LGBT+, a expectativa é que, com a evolução das discussões sobre diversidade, as pessoas possam reconhecer o potencial político total das candidaturas LGBT+. Uma das principais queixas é que, tanto a grande mídia quanto dirigentes partidários, tentam confinar as lideranças LGBT+ aos temas LGBT+. A realidade é que estas candidaturas e mandatos têm desenvolvido políticas públicas inovadoras na saúde, educação, moradia, alimentação, transporte, cultura, entre tantas outras questões pertinentes ao interesse público. Enfrentando discriminação dentro dos próprios partidos, essas lideranças LGBT+ que se lançam na política institucional tendem a ser grandes articuladoras políticas.

O reconhecimento do potencial político também é uma luta para as LGBT+ dentro dos partidos. Assim como o movimento feminista tem discutido importantes questões da economia

(distribuição de renda, igualdade salarial); o movimento negro, o modelo de segurança pública (mortalidade de jovens negros, política de trato de drogas); o movimento indígena, as questões ambientais (uso de agrotóxicos, preservação das matas, ampliação da saúde para comunidades); o movimento LGBT+ vem discutindo a educação (auxílios universitários, iniciativas contra o preconceito nas instituições de ensino). As inovações protagonizadas por estes grupos sociais são relevantes para a sociedade como um todo, mesmo que esta conexão nem sempre se apresente de forma nítida.

27% das candidaturas relatam que não são chamadas pelos partidos para discutirem outras pautas além das LGBT+.

Nas eleições de 2020, o potencial da captação de votos por representantes LGBT+ foi surpreendente. Muitas representações estiveram entre as mais votadas (da história) das suas cidades, dos seus partidos, entre as mulheres mais votadas. Algumas quase atingiram sozinhas com seus votos o quociente eleitoral. Na maior parte dos casos, o sucesso eleitoral foi obtido por meio de uma campanha criativa e de apelo popular, contando com apenas uma fração do financiamento de outras candidaturas. O que também tornou as candidaturas LGBT+ esse fenômeno foi a capacidade da mobilização social. As candidaturas LGBT+ comunicam de forma poderosa junto a públicos normalmente alienados à política institucional.

A política LGBT+ aproxima os partidos de formatos mais inovadores de gerir e fazer política. Boa parte dessas candidaturas são construídas junto a movimentos sociais e são incentivadas a concorrerem por coletivos organizados de iniciativa popular, tanto à direita quanto à esquerda. Em alguns casos, seus coletivos são trazidos para dentro da construção partidária. Inclusive, 9% das candidaturas LGBT+ mapeadas nas eleições de 2020 se apresentaram nas urnas como integrantes de mandatos coletivos.

mandato coletivo

Mandato coletivo é um formato inovador de atuação política que ajudou a trazer para dentro das casas legislativas pessoas ligadas a grupos excluídos, como mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBT+. Essas pessoas se elegeram dentro de coletivos diversos e têm atuado, com maior ou menor autonomia, nas Assembleias e Câmaras. Reunidos, os capitais políticos e votos dirigidos para cada integrante do coletivo tornam possível a conquista de um mandato. As leis eleitorais brasileiras, no entanto, ainda só permitem que uma pessoa do coletivo seja oficialmente eleita, mesmo que o nome do coletivo esteja nas urnas. Outras pessoas do coletivo, dependendo do tamanho da cidade, podem ser contratadas para compor o gabinete da pessoa eleita, mas são entendidas como assessoras parlamentares e não têm vários dos direitos e proteções de uma pessoa que representa o povo.



Não dá para negar que as candidaturas e mandatos LGBT+ agregam muito, deixando os partidos mais oxigenados e amplificando discussões pertinentes para a sociedade como um todo. No entanto, a resposta do meio político para todo esse potencial segue na contramão do que a política LGBT+ oferece para a sociedade.

VIOLÊNCIA POLÍTICA

“A minha cidade é pequena e conservadora, então a gente está caminhando com passos pequenos, estamos fazendo um trabalho bem de formiguinha, de conversar e mostrar a realidade. As eleições de 2018 ainda estão muito afloradas na cabeça das pessoas e as fake news principalmente, então é justamente esse o conservadorismo nas cidades pequenas.”

mulher cis
bisexual
branca
representante LGBT+

“Em 2018 tivemos ataques bem explícitos, tipo: quebrar vidro do carro, furar pneu, na época que meu carro era totalmente adesivado, umas duas vezes foi pneu furado, foi vidro de carro quebrado, as pessoas mesmo (eleitores) atacando assim. Teve um episódio que tinha uma equipe nossa fazendo uma panfletagem em frente a uma universidade particular e um cara que estava com a camisa do candidato Bolsonaro, chegou perto mostrou uma arma e disse assim para o pessoal da nossa equipe: ‘não gosto de chegar na minha universidade e ver um monte de feminista, viado, sapatão, entregando panfleto’.”

mulher cis
bisexual
negra
representante LGBT+

“Chegar aqui foi desafiador porque também me deparei com a violência, com a perseguição, com tentativas de invasão ao meu gabinete, e também preciso driblar todos os ataques e ameaças que recebo. É um misto de desafio com angústia, porque a gente fica pensando o quão tarde chegamos neste lugar e o quanto temos a construir para de fato fazermos a diferença.”

mulher trans
heterossexual
negra
representante LGBT+

“Foi um processo tenso, mas eu já sabia mais ou menos como era porque acompanhava outros mandatos, sabia que era um ambiente difícil, sabia que era um ambiente que não estava acostumado a ver mulheres negras, mulheres em geral (risos), numa posição de poder, e sabia que ia ser difícil e foi de fato.”

mulher cis
bisexual
negra
representante LGBT+

Como já sabemos, a política é um forte espaço de poder, por isso, é estratégico para a população LGBT+ ocupar este espaço e ajudar a contribuir para que a sociedade brasileira seja cada dia mais democrática. No entanto, a ocupação não é sempre bem-vinda, pois boa parte das pessoas que estão há muito tempo no poder não desejam que as coisas mudem e não desejam dividir o poder. Esses grupos manifestam sua insatisfação com a presença LGBT+ na política através da violência política.

A violência política atinge representantes LGBT+ da candidatura até o cotidiano nas casas parlamentares e se manifestam de forma física, psicológica e econômica e são aplicadas de diferentes maneiras:

Pouco financiamento dos partidos nas campanhas

*

Uso de candidaturas "laranjas" de mulheres pelos partidos para cumprimento da cota de gênero mínima obrigatória

*

Difamação pública

*

Divulgação de informações falsas

*

Mensagens de ódio e ataques às redes sociais

*

Intimidação por gestos ou palavras

Comentários discriminatórios e abusivos

*

Questionamento à vestimenta e aparência

*

Questionamento à autorização para a presença nos espaços da casa legislativa

*

Interrupção e silenciamento frequente nos ambientes públicos

*

Desqualificação do trabalho nos mandatos

*

Ausência ou falatório no momento de suas falas na plenária

Cochichos e risadas orquestradas em grupos

*

Silenciamento institucional das propostas apresentadas

*

Assédio sexual

*

Dano patrimonial

*

Ameaças e tentativas de homicídio

*

Inexistência ou escassez de banheiros femininos nas casas legislativas

*

Desrespeito com a identidade de gênero nos banheiros das casas legislativas

Boa parte dessas investidas violentas acontecem atacando seu gênero ou sexualidade. Na pesquisa, as candidaturas afirmaram que:

49%
sofreram ataques por sua orientação sexual;

32%
sofreram ataques por ser mulher;

29%
sofreram ataques por sua identidade de gênero.



Parte desses ataques ainda partem de dentro do próprio partido:

26% relataram ter sofrido violência por parte de pessoas do próprio partido.

Os partidos ainda não ocupam um espaço central de apoio às candidaturas LGBT+ que sofrem violência:

54% das candidaturas que sofreram violência, buscaram ajuda do partido, mas em **56%** dos casos, os partidos não fizeram nada.

Outra forma de violência política contra LGBT+ que as pessoas entrevistadas trouxeram é a não aceitação das participantes de mandatos coletivos como representantes legítimas. Algumas campanhas tiveram sua constitucionalidade questionada, mesmo depois de eleitas com expressiva votação. No dia a dia, integrantes do mandato são continuamente invalidadas como representantes legítimas por seus pares.

Para as pessoas entrevistadas, todo esse volume de acontecimentos somados faz da política um meio ameaçador e um pouco desesperançoso, uma vez que no cotidiano de processos eleitorais e trabalho público, a violência política vem até mesmo de aliados.



“Nosso mandato coletivo é uma proposta negra, favelada e LGBTQIA+. Vieram muitos ataques, principalmente de pessoas que odeiam a gente de graça, gente da própria internet. Existem muitas pessoas conservadoras que não conseguem visualizar esse formato coletivo que é algo importante e significativo para tantas pessoas. Tentam sempre deslegitimar essa construção até mesmo após sermos empossadas. Então tem um antes, durante a candidatura, mas até hoje a gente enfrenta violência.”

mulher cis
lésbica
negra
representante LGBT+

O VOTO LGBT É BEM-VINDO, A PRESENÇA NÃO

“As pessoas, os que dão espaço para nós, eles dão o espaço, mas eles não estão preparados para ouvir o que a gente tem para falar, porque vamos falar da problemática e a problemática infelizmente essas pessoas também perpetuam.”

travesti
heterossexual
branca
representante LGBT+

“Eu já sofri ameaças, já tive até um ataque de um adversário, com falas intolerantes e de discriminação. O partido nem para repudiar a ação do adversário. Eu achei que o partido deveria ter feito pelo menos uma nota, deveria ter feito uma manifestação, mas o partido não teve lado nessa discussão, aliás por omissão ficaram do lado dele.”

homem cis
gay
negra
representante LGBT+

Mesmo dentro dos partidos ou entre colegas de bancada, a violência se reproduz. Isso porque o estranhamento com a presença de pessoas LGBT+ ainda é grande, sobretudo com pessoas trans e pessoas negras que precisam conviver com comentários desagradáveis, invalidações do trabalho, fazendo com que todos os dias precisem reafirmar suas presenças nestes espaços. Essa violência não é sentida apenas pela representação escolhida, mas por toda equipe que geralmente traz também bastante diversidade para as casas do povo. Com os colegas de partido, muitas pessoas entrevistadas relataram que sentem certo nível de resistência e que o respeito é algo que vem muito mais por conta da hierarquia partidária, que valoriza o fato de terem um mandato eleito, mas que ao mesmo tempo não são consideradas para composição de leis e articulações do partido. Isso torna os mandatos, muitas vezes, uma experiência solitária, principalmente quando não existem outros mandatos

de grupos com baixa representatividade como mulheres, mulheres negras, indígenas, pessoas com deficiência.

A falta de apoio para lidar com as constantes ameaças vindas de todas as partes também é um relato constante. Muitas vezes, é necessário recorrer à justiça, uma vez que não existe muita colaboração dentro das casas para oferecer segurança e muito menos acolhimento. Os relatos nos mostram como a experiência política é carregada de reprodução de violência contra pessoas LGBT+. Mesmo ocupando relevantes cargos para sociedade, pessoas LGBT+ não são poupadas de serem agredidas de diferentes formas.

Embora tudo isso aconteça, os mandatos dizem que sentem a necessidade de oferecer o melhor serviço possível para a população, além de deixar os caminhos abertos para que cada vez mais pessoas LGBT+ possam ocupar esses espaços e contribuir com a transformação do país.

“Eu percebo a qualidade do trabalho que o nosso mandato vem entregando, principalmente o mandato que as pessoas consideram um “mandato de movimento”. Então, a gente tem se preocupado muito em não perder a essência enquanto mandato-movimento.”

mulher cis
lésbica
negra
representante LGBT+

“A gente tem um time capacitadíssimo para construir esse processo. Acho que isso vem sendo uma coisa muito bacana. Temos uma equipe de dados, que se constrói pensando em estatísticas, analisando possibilidades, pessoas militantes e ao mesmo tempo altamente habilitadas. Estamos entregando um trabalho de muita excelência, com muita qualidade, com muito respeito, inclusive com diálogo com todos que compõem ali a Câmara.”

mulher cis
lésbica
negra
representante LGBT+

“Implementamos muita coisa aqui, o Centro de Referência LGBT, agora vamos implementar o Ambulatório Trans, enfim... a gente avançou muito nas pautas LGBTs. Alguns querendo ou não, a gente conseguiu fazer o que a gente se dispôs a fazer e agora como vereadora esperamos fazer muito mais.”

travesti
heterossexual
branca
representante LGBT+



PARTE 3/ +LGBT, MAIS DEMOCRACIA



Uma democracia só é possível quando qualquer cidadã ou cidadão pode ter acesso – e segurança – a cargos de liderança. A partir das discussões produzidas pela coleta dos relatos e pela análise dos dados produzidos, reunidos neste relatório, entendemos que existem ações concretas que podem ser realizadas por diferentes instituições. A curto e médio prazo, acreditamos que as medidas listadas abaixo podem contribuir para uma democratização do acesso à representação política.

Mapear identidade de gênero e orientação sexual no registro das candidaturas nas eleições

Permitir a autodeclaração de identidade de gênero e nome social para candidaturas trans, travestis e não binárias no momento de registro de candidatura, assim como é permitido para a autodeclaração de raça

Investigar denúncias de violência política contra as candidaturas LGBT+ e **responsabilizar os agressores**

JUSTIÇA ELEITÓRAL

Regulamentar e garantir reserva de financiamento para candidaturas LGBT+, grupo que, assim como mulheres e pessoas negras, é sub-representado na política

Realizar **campanha de comunicação divulgando a possibilidade de inclusão de nome social no título de eleitor**, permitindo a manifestação da cidadania de forma plena e sem discriminação para pessoas trans, travestis e não binárias

Garantir a presença de candidaturas LGBT+ em todos os ciclos eleitorais

Criar procedimentos internos para acolhimento e investigação de denúncias de violência política contra LGBT+ dentro das estruturas partidárias

Garantir vagas para LGBT+ nas instâncias de direção e liderança do partido

Regionalizar setoriais LGBT+ para diminuir o isolamento de representantes LGBT+ que enfrentam preconceito em seus territórios

PARTIDOS POLÍTICOS

Criar políticas afirmativas internas do partido para financiamento de candidaturas LGBT+

Mapear a identidade de gênero e orientação sexual entre as pessoas filiadas

Oferecer apoio (jurídico, psicológico e de segurança pessoal) a representantes LGBT+ que sofram violência política

Criar e fortalecer setoriais LGBT+ como instrumentos de disputa da pauta LGBT+, assim como de articulação de representantes LGBT+, dentro dos partidos, independentemente de ideologia política

Oferecer formação e capacitação para candidaturas LGBT+, de acordo com as regras vigentes em cada ciclo eleitoral

Criar **canal de denúncia**
para práticas de violência
política, conjuntamente
com iniciativas de
responsabilização para
qualquer pessoa que
realizar a prática

CASAS LEGISLATIVAS

CÂMARAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS E SENADO FEDERAL

Garantir o **respeito do**
uso de banheiro por
pessoas trans, travestis e
não binárias, assim como
disponibilizar trocadores
para crianças pequenas

Oferecer **treinamento de**
diversidade para parlamentares
e pessoas que trabalham na casa
legislativa

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a generosidade de todas as representantes LGBT+ entrevistadas, que nos confiaram relatos sensíveis e delicados. A colaboração de assessoras e assessores dentro dos mandatos foi fundamental para viabilizar as entrevistas. Nosso muito obrigada.

Agradecemos às militantes partidárias e dos movimentos sociais, muitas vezes anônimas, que nos ajudaram nessa difícil tarefa de entender o cenário político de representantes LGBT+ no Brasil.

Agradecemos às pessoas que compõem ou passaram pelo #VoteLGBT, que, mesmo não tendo participado diretamente deste relatório, construíram juntas o acúmulo para desenvolvimento da nossa organização desde 2014.

Agradecemos à ERA Fund que selecionou nosso projeto entre centenas de inscrições, acreditando numa jovem organização brasileira. Agradecemos à Victory Institute que tem sido uma parceira na construção do dia a dia do nosso projeto e nossa organização. E finalmente ao Google.org por ter nos colocado ao lado de outras instituições tão respeitadas e potentes no esforço de um ciclo eleitoral mais diverso.

Agradecemos também a sua leitura. Trabalhamos para garantir acesso ao maior número de pessoas sobre a realidade política das LGBT+. Quando se olha o retrato de longe, é notável que muito já se caminhou, num intervalo de tempo bem curto. Um olhar mais próximo e atento, no entanto, mostra como ainda precisamos garantir não só a presença, mas a permanência e a segurança dessas lideranças que corajosamente se oferecem para ser nossas representantes.

Pesquisa 5–9/2021

Direção Executiva
Gui Mohallem

Coordenação de Projeto
Iran Giusti

Assistência de coordenação
Ledah Martins

Assistência de comunicação
Angelo Castro

Entrevistas com Representantes LGBT+
Alciana Paulino

Coordenação do Censo
+LGBT na Política
Samuel Araujo

Análise de desempenho
de candidaturas LGBT+
Rodrigo Cruz

Comunicação com partidos
Luti Guedes

Pontos focais regionais
Larissa Borges, Marvison Muniz,
Murilo Xavier, Renata Gois, Sara Silva

Análise de dados
Raíssa Marques

Transcrição
Cassandra Moura

Comunicação e imprensa
Agência Casa 1

Relatório A Política LGBT+ Brasileira 10/2021–5/2022

Direção Executiva
Gui Mohallem

Coordenação de Projeto
Danilo Feno

Produção
Cassia Viana

Pesquisa e Redação
Evorah Cardoso

Análise de Dados
Raíssa Marques

Edição
Lolla Fernandes

Preparação e Revisão
Raquel Catalani

Design
Caterina Bloise
e Victor Kenji Ortenblad

Comunicação
Yvana Vaér e Pavio Criativo

Imprensa
Alexandre Putti

As fotografias utilizadas nas ilustrações foram cedidas pelos bancos Tem que ter, Pexels e Gender Spectrum Collection.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

cardoso, Evorah
A política LGBT+ brasileira [livro eletrônico]:
entre potências e apagamentos /
Evorah cardoso. -- São Paulo : #VoteLGBT, 2022. PDF.

ISBN 978-65-997793-0-5

1. Brasil - Política e governo 2. Democracia
3. Diversidade sexual 4. Políticas públicas
5. Eleições 6. LGBTI+ - Siglas - Direitos
7. Homossexuais - Aspectos políticos I. Título.
22-110140 CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático: 1. LGBTI+ :
Diversidade sexual : Sociologia 305.3
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

REALIZAÇÃO

#VOTELGBT



APOIO



Google.org